

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
*CAMPUS* JOSÉ RIBEIRO FILHO  
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU  
MESTRADO ACADÊMICO EM LETRAS

GREICE KELLY NASCIMENTO SANTOS COSTA

**O SUJEITO-ALUNO-SURDO E OS MODOS DE INDIVIDUAÇÃO PELO ESTADO  
NO ENEM**

PORTO VELHO

2021

GREICE KELLY NASCIMENTO SANTOS COSTA

**O SUJEITO-ALUNO-SURDO E OS MODOS DE INDIVIDUAÇÃO PELO ESTADO  
NO ENEM**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Letras, no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado Acadêmico em Letras, Núcleo de Ciências Humanas, da Fundação Universidade Federal de Rondônia, Campus José Ribeiro Filho.

**Orientador:** Prof. Dr. Élcio Aloisio Fragoso

**Linha de Pesquisa:** Estudos Descritivos e aplicados de Línguas e Linguagens

PORTO VELHO

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Fundação Universidade Federal de Rondônia  
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

---

C837s Costa, Greice Kelly Nascimento Santos.

O Sujeito -aluno-surdo e os modos de individuação pelo Estado no ENEM / Greice Kelly Nascimento Santos Costa. -- Porto Velho, RO, 2022.

83 f. : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Élcio Aloisio Fragoso

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1.ENEM. 2.Estado. 3.Individuação. 4.Libras. 5.Sujeito-aluno-surdo. I. Fragoso, Élcio Aloisio. II. Título.

CDU 81'221.4

---

Bibliotecário(a) Cristiane Marina Teixeira Girard

CRB 11/897



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
MESTRADO EM LETRAS

LISTA DE VERIFICAÇÃO

**GREICE KELLY NASCIMENTO SANTOS COSTA**

O SUJEITO-ALUNO-SURDO E OS MODOS DE INDIVIDUAÇÃO PELO ESTADO NO ENEM

Dissertação apresentada em 07 de dezembro de 2021 ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Letras (PPGML) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) como um dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Letras e aprovada em sua forma final pela banca examinadora constituída pelos docentes:

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. ELCIO ALOISIO FRAGOSO  
Presidente da Banca e Orientador (PPGML/UNIR)

---

Prof. Dr. VERLI FÁTIMA PETRI DA SILVEIRA  
Externo à Instituição (UFSM)

---

Profa. Dra. ANGELA CORRÊA FERREIRA BAALBAKI  
Externo à Instituição (UERJ)

Porto Velho – RO

2021



Documento assinado eletronicamente por **ELCIO ALOISIO FRAGOSO, Docente**, em 07/12/2021, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Angela Corrêa Ferreira Baalbaki, Usuário Externo**, em 07/12/2021, às 12:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Verli Fátima Petri da Silveira, Usuário Externo**, em 07/12/2021, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.unir.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0819037** e o código CRC **18F3AD8F**.

## AGRADECIMENTOS

*Ao concluir este trabalho quero agradecer...*

*...em primeiro lugar a Deus porque me fortaleceu para que eu nunca desistisse, mesmo nos momentos difíceis para que eu conseguisse essa vitória de estar concluindo o meu mestrado.*

*...ao meu esposo Rodrigo Fonseca Costa, também sujeito-surdo, como eu, sempre me dando apoio e motivação com paciência, amor, carinho, compreensão e respeito. Sempre ao meu lado tanto nos momentos felizes quanto nos momentos difíceis, sendo preocupado e companheiro e, o mais importante, compreendendo os meus sonhos.*

*...a minha família pelo o amor, exemplo de carinho e sabedoria, em especial e principalmente a minha mãe, pelos ensinamentos valorosos nos momentos difíceis. Quero dizer a ela que essa vitória é nossa!*

*...a minha amada avó Maria Celina, meus tios Erika Araújo e Elison Moura por me apoiarem nos momentos difíceis e se preocuparem comigo e com o meu esposo por morarmos em outro estado sozinhos. Obrigada por me compreenderem.*

*...aos meus irmãos Josheffer Robert, Júnior Santos e José Antonio, como também a minha irmã Jennifer Karoline, por me apoiarem, serem companheiros, amáveis e compreensivos. Agradeço a eles pela nossa amizade e por sempre me incentivarem a me comunicar com a Libras para que assim eu não tivesse barreiras na minha comunicação.*

*... a família surda do meu marido Rodrigo Fonseca e que considero como sendo minha família. Obrigada por sempre terem compreendido a minha ausência.*

*...à Universidade Federal de Goiás – UFG por contribuir e incentivar minha formação profissional.*

*...à Universidade Federal de Rondônia pelo meu trabalho profissional, por incentivar e possibilitar cursar o mestrado.*

*...às bancas examinadoras de qualificação da minha dissertação de mestrado, em*

*especial, Ângela Baalbaki e Verli Petri, por terem aceitado. Ambas contribuíram muito com suas sugestões, bem como para melhorar a qualidade da minha pesquisa.*

*...aos amigos de Goiânia/GO e Porto Velho/RO por compreenderem minha ausência e por me incentivarem a me concentrar na formulação dessa minha dissertação de mestrado.*

*...aos amigos conterrâneos Thais Fleury, Gabriela Otaviani, Paulo Henru, Gésica Suellen, Sílvia Calixto, Janaína Silva, Wendel Oliveira por me ajudar na formulação da minha dissertação.*

*...ao meu orientador, Prof. Dr. Élcio, pela confiança, pelas discussões e orientações, pela paciência comigo e compreensão. Meu eterno agradecimento.*

*...à Elielza Reis por ter me ajudado muito com exemplos, estratégias, didática e dedicação para que eu pudesse entender os complexos conceitos da AD. Agradeço também pela tradução da minha dissertação para a Língua Portuguesa. Obrigada pela paciência, compreensão e respeito para com minha primeira Língua, a Libras. Obrigada pelo carinho especial para comigo. Nosso estudo me proporcionou alegria, companheirismo e amizade.*

*...ao mestrando surdo que trabalha no INEP/ENEM na área de Libras, Marcelo Bertoluci, por ter me ajudado na explicação sobre o significante ENEM.*

*...aos tradutores e intérpretes de Libras da Universidade Federal de Rondônia – UNIR por possibilitarem, na medida do possível, a minha acessibilidade nas aulas do mestrado.*

*...ao amigo professor, mestre, surdo, Magno Prates por ter aberto esse caminho de pesquisa na teoria da Análise de Discurso quando formulou e produziu sua dissertação de mestrado. A pesquisa dele foi um acontecimento, pois possibilitou aos surdos e ouvintes refletirem de outra maneira sobre a Libras e os sujeitos surdos.*

*...por fim, agradeço também ao Grupo de pesquisa GPeCHeLi por ter participado da discussão sobre os conceitos pertinentes à Análise de Discurso as teorias e suas construções.*

*“Esses sujeitos, do modo como são individu(aliz)ados na sociedade não estão ao alcance do consenso produzido pelo imaginário de nossas políticas públicas. Por isso são, de certo modo, para nós, in-compreensíveis”.*

*Orlandi, 2012, p. 225*

COSTA, Greice Kelly Nascimento Santos. **O SUJEITO-ALUNO-SURDO E OS MODOS DE INDIVIDUAÇÃO PELO ESTADO NO ENEM.** 80 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Letras, Núcleo de Ciências Humanas, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2021.

## RESUMO

Esta pesquisa tomou como objeto de pesquisa o Exame Nacional de Ensino Médio – Enem, como também o Sujeito Surdo e o modo de individuação pelo Estado, na perspectiva teórica da Análise de Discurso fundada nos trabalhos de Michel Pêcheux, na França, e Eni Orlandi, no Brasil. Em razão dos pontos de contato e articulação com a AD, tomaremos também a História das Ideias Linguísticas – HIL, de Sylvain Auroux, Eni Orlandi e equipe, para compreendermos o processo de gramatização da Língua Brasileira de Sinais – Libras, como também para refletirmos sobre o trabalho do intérprete de Libras e efeitos de sentidos produzidos na aplicação da prova do Enem para o sujeito Surdo. Essa reflexão se dará por meio da análise das redações dos sujeitos-alunos-surdos. Assim, para compreendermos o funcionamento das provas do Enem e os efeitos de sentidos produzidos pelo sujeito-aluno-surdo fizemos o recorte dos textos ditos motivadores para que os alunos escrevam as redações de acordo com o discurso de controle do INEP/Enem. Também selecionamos duas redações escritas pelos sujeitos-alunos-surdos, do ano de 2019, para analisarmos, por meio dos dispositivos da Análise de Discurso. O nosso desafio com a análise das questões do Enem é trazer à tona que discurso permeia essas questões, suas evidências, seus equívocos, opacidades e efeitos de sentido. Esta análise nos conduziu a pensar na relação de sentidos do sujeito-aluno-surdo com os textos do Enem visto que há entre ele (o sujeito-aluno-surdo) e os textos, o intérprete de Libras. Observamos, nesse aspecto, que seja na prova em que o intérprete, por determinação da cartilha emitida pelo INEP, se atém somente à interpretação do significado das palavras da Língua Portuguesa ou na vídeo-prova em que a prova está em Libras, o seu gesto de leitura e interpretação perpassa, de qualquer maneira, sempre por outros gestos. Essa foi a principal razão pela escolha do Enem como objeto dessa pesquisa, ou seja, para que os pesquisadores doravante possam refletir sobre a contradição do discurso do Estado em relação ao Sujeito Surdo, pois ao mesmo tempo que legitima a Libras através da Lei e Decreto de Libras a mesma Lei impõe ao Sujeito Surdo a Língua Portuguesa escrita. Por fim, temos neste exame de avaliação a Libras como língua fluida que, paulatinamente, está sendo gramatizada. Isto nos leva a pensar sobre os efeitos de sentidos de línguas distintas colocadas no mesmo espaço, também de formas distintas, em um Exame nacional de avaliação inscrito em uma política que individua o sujeito pelo Estado.

**Palavras-chaves:** ENEM. Estado. Individuação. Libras. Sujeito-aluno-surdo.



COSTA, Greice Kelly Nascimento Santos. **THE DEAF-STUDENT-SUBJECT AND THE MODES OF INDIVIDUATION BY THE STATE IN ENEM**. 80 f. Dissertation (Master's degree) – Postgraduate Academic Master's Program in Letters, Human Sciences Center, Federal University of Rondônia Foundation, Porto Velho, 2021.

### **ABSTRACT**

The following research took Enem as an object of study, and will analyze the Deaf-Student-Subject and the process of individuation through the State on Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, along the theoretical perspective of Discourse Analysis, based on the works of Michel Pêcheux, in France, and Eni Orlandi, in Brazil. Due to the contact and articulation points with the AD, the History of Linguistic Ideas – HIL, by Sylvain Auroux, Eni Orlandi and team, will also be explored in order to comprehend the grammaticalization process in Brazilian Sign language– Libras, as well as reflecting about the work of Libras interpreters, and meaning effects produced during the application of Enem exam for Deaf Individuals, specially on the essay. Thus, to understand the functioning of the Enem exams, and the meaning effects produced on Deaf Individuals, we took excerpts from a range of essays written by them in the years of 2019 and 2020. This analysis led us to reflect upon the correlation of meanings between the Deaf-Individual-Student and the texts in Enem since there are mediators connecting them and the text, be it the Libras interpreter, the exam interpreted from Portuguese to Brazilian sign language, or the video-exam, meaning that their reading and interpretation actions always undergo other actions. This was the main reason for adopting Enem as the object of study for this research, so that the researchers may now reflect about the contradiction in the State's discourse regarding the Deaf Individual, owing to the fact that it validates Libras through the Law and Decree of Libras Act (Lei e Decreto de Libras), and the same Act imposes the written Portuguese Language upon Deaf Individuals. Finally, on one hand there is the aspect of Libras as a fluid language, which does not fail to mobilize on social media, while on the other hand there is the written Portuguese Language, as a fixed imagery in its systematization. Orlandi (2009). This led us to reflect about meaning effects of distinct languages put together in the same Nacional Evaluation Exam insured on a policy which individuates people through the State.

**Key-words:** ENEM. State. Individuation. Libras. Deaf student-subject.

## LISTA DE SIGLAS

AAD	-	Análise Automática do Discurso
AD	-	Análise de Discurso
ASL	-	American Sign Language
CNRS	-	Centre National de la Recherche Scientifique
ELS	-	Escrita da Língua de Sinais
ENEM	-	Exame nacional de ensino médio
FDs	-	Formações discursivas
GpeCHeLi	-	Grupo de Pesquisa Conhecimento, História e Língua
HIL	-	História das Ideias Linguística
INEP	-	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
INES	-	Instituto Nacional de Educação de Surdos
INJS	-	Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris
ISO	-	International Organization for Standardization
LDB	-	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
Libras	-	Língua brasileira de sinais
LSF	-	Língua de sinais Francesa
MEC	-	Ministério da educação e cultura
UFG	-	Universidade Federal de Goiás
UFSC	-	Universidade Federal de Santa Catarina
UNIR	-	Fundação Universidade Federal de Rondônia

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 –	Significante MEC.....	22
Imagem 02 –	Segundo logotipo do ENEM e significante.....	22
Imagem 03 –	Significante ENEM.....	23
Imagem 04 –	Tabela das configurações das mãos conforme Stokoe.....	31
Imagem 05 –	Frase escrita em sinais.....	33
Imagem 06 –	Iconografia dos sinais dos surdos-mudos, Gama (1875) ..	37
Imagem 07 –	Linguagem das mãos.....	37
Imagem 08 –	Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue, versão impressa.....	38
Imagem 09 –	Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue, versão digital.....	38
Imagem 10 –	Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: a Libras em suas mãos.....	39
Imagem 11 –	Por uma gramática de língua de sinais.....	40
Imagem 12 –	LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA: estudos linguísticos...	41
Imagem 13 –	Alfabeto manual da Libras.....	42
Imagem 14 –	Print Screen da opção de vídeo prova para o sujeito-aluno-surdo.....	53
Imagem 15 –	Print Screen da vídeo prova em Libras ENEM 2019.....	54
Imagem 16 –	Cartilha do participante.....	55
Imagem 17 –	Tema da redação do Enem 2019: “Democratização do acesso ao cinema no Brasil” .....	64
Imagem 18 –	Texto “motivador” da proposta de redação do ENEM.....	66
Imagem 19 –	Processo de constituição do sujeito.....	72
Imagem 20 –	O sujeito individuado pelo Estado.....	72

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>15</b>
<b>1 REFLEXÕES SOBRE O SIGNIFICANTE ENEM.....</b>	<b>21</b>
<b>2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS: linguagem, discurso, sujeito e ideologia... 24</b>	<b>24</b>
<b>3 HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS E O PROCESSO DE GRAMATIZAÇÃO DA LIBRAS.....</b>	<b>29</b>
<b>4 A HISTORICIDADE DA EDUCAÇÃO DE SURDOS E SUA RELAÇÃO DE SENTIDOS NA ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DO ENEM.....</b>	<b>44</b>
<b>5 DISPOSITIVO DE ANÁLISE.....</b>	<b>62</b>
<b>6 OS MODOS DE INDIVIDUAÇÃO DO SUJEITO-ALUNO-SURDO PELO ESTADO NO ENEM.....</b>	<b>70</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>75</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>78</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>82</b>

## APRESENTAÇÃO

Eu, Greice Kelly nasci ouvinte. Com a idade de um ano, mais ou menos, tive pneumonia e em decorrência dela tive uma crise convulsiva que me deixou surda. Uma surdez de severa a profunda. Fiz terapia de fala com uma fonoaudióloga de Goiânia, dos dois aos cinco anos de idade, mesmo assim não desenvolvi a linguagem oral, apenas algumas palavras e alguma noção de seus significados.

Via os ouvintes falarem e pensava que eu era a única surda no mundo. Ao chegar no meu período escolar estudei em escolas inclusivas, entretanto, me sentia excluída e alvo de muitos preconceitos. Não era somente na escola que eu sentia dificuldade, também no meu meio familiar havia muitas barreiras, principalmente da língua, para estabelecermos uma comunicação.

Aos onze anos conheci a Língua brasileira de sinais – Libras, e assim, embora tardiamente, em apenas seis meses eu a aprendi. Desse modo, eu comecei a compreender, por meio dela, alguns conceitos, significados e sentidos da Língua Portuguesa, pois nessa escola havia intérpretes de Libras. Percebi que entendia e aprendia mais do que quando eu estava fazendo terapia de fala com a fonoaudióloga e, embora essa compreensão tenha ganhado um outro sentido para mim, eu continuava sentindo dificuldade em me expressar na estrutura da Língua Portuguesa, principalmente na sua escrita.

Quando comecei a trabalhar fui excluída várias vezes, ou melhor, sempre, pois, era obrigada a participar de reuniões sem a presença de um intérprete de Libras, esses acontecimentos tornaram a minha história de vida muito difícil, não me sentia integrada, o sentimento era sempre o de exclusão.

Algum tempo depois, me associei à associação das mulheres deficientes auditivas e surdas de Goiás, trabalhei de forma voluntária ajudando aos surdos que buscavam emprego e tinham outras necessidades. Lá compreendi que cada surdo tem sua característica, experiências, sofrimentos e exclusões, como também histórias semelhantes em razão dos acontecimentos que permeiam a história e memória de todos os surdos.

Dando continuidade a minha trajetória, em 2013 entrei no Curso Letras Libras da Universidade Federal de Goiás – UFG, me formei em 2017. No Curso, conheci e estudei várias disciplinas sobre a Língua de Sinais, na perspectiva da Linguística. Aprendi a gramática da Língua Portuguesa com professores que também sabiam

Libras. Foi uma grande descoberta!

Depois de formada, em 2018, prestei concurso para a Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Passei em quinto lugar ficando na reserva, depois de algum tempo fui convocada e me mudei para Porto Velho, assumindo na UNIR como professora efetiva. Foi uma grande mudança em minha vida, na minha história, pois, eu e meu marido, que também é surdo, morávamos em Goiânia, onde nossos familiares também moram e esse fato nos dava mais segurança, e por causa do concurso, tivemos que aprender a morar sozinhos em uma cidade desconhecida, sem ninguém da família. Uma experiência difícil, mas enriquecedora.

Um novo desafio se apresentou a mim, ou seja, fazer um mestrado e assim fui aluna especial do mestrado em Letras na Universidade da qual faço parte – UNIR. Desse modo, conheci a disciplina de introdução à Análise de Discurso ministrada pelo Professor Dr. Élcio Fragoso e a disciplina Sociolinguística pela Professora Dra. Odete Burgeile. No decorrer da disciplina percebi que o intérprete de Libras não entendia os conceitos da AD, não ficava bem explicado na interpretação, pois eram conceitos formulados de maneira profunda e complexa. O intérprete não tinha conhecimento sobre a teoria da Análise de Discurso e caía sempre na evidência dos sentidos. É de suma importância que os intérpretes de Libras conheçam a teoria da AD para que possam conhecer e se aprofundarem nos conceitos direcionados a esta área, principalmente para acadêmicos surdos que possam se interessar, assim como eu, em fazer mestrado nessa área. Os conceitos da teoria da Análise de Discurso são diferentes dos conceitos da Linguística, por exemplo, por essa razão se faz necessário a formulação de sinais específicos da AD, como também de outras disciplinas.

Diante de todas as especificidades da Libras e do sujeito Surdo escolhi para o meu objeto de pesquisa o Exame Nacional de Ensino médio – Enem, meu objetivo é analisar os efeitos de sentidos produzidos pelo Exame Nacional do Ensino Médio – Enem - no Sujeito Surdo. Para tanto, farei isso por meio da análise das redações dos sujeitos-alunos-surdos. Tomei como perspectiva teórica a Análise de Discurso articulada à História das Idéias Linguística – HIL por compreender que essas teorias produzem deslocamentos necessários, principalmente da Língua brasileira de sinais, isto é, essas disciplinas me possibilitaram conceber a Libras como uma língua de ciência também.

Ao eleger a Análise de Discurso como minha perspectiva teórica enfrentei algumas dificuldades, pois minha graduação tem como base teórica a Linguística e

para compreender melhor os conceitos precisava fazer os deslocamentos necessários para poder conceber o sentido de ideologia, apagamento, evidência, transparência, opacidade e tantos outros. Mesmo assistindo as aulas intermediadas pelos intérpretes da instituição tive que buscar um intérprete particular, que estivesse disposto a também conceber, estudar e aprender sobre a Análise de discurso e a HIL, para poder fazer essa trajetória comigo, tornando mais clara a minha compreensão sobre os conceitos específicos da AD. Dessa forma, pude entender as ideologias e os apagamentos históricos que atravessaram a história da educação de surdos, isto é, a minha história também.

Nesse momento de pandemia, iniciada em 2020, eu me senti muito prejudicada, porque passei a ter aulas remotas e passou a ter lives sobre a AD no Instagram e no YouTube, porém, não tinha intérprete de Libras, e quando tinha, interpretavam com sinais e sentidos diferentes dos que eu havia concebido. Eu ficava curiosa e ao mesmo tempo frustrada. No grupo de pesquisa sobre AD, os conceitos são estudados e tem sido um espaço importante para a reflexão em torno da Libras e da produção do conhecimento sobre esta língua. Alguns intérpretes estão no Mestrado em Letras (UNIR) e desenvolvendo a dissertação na área de Análise de Discurso e História das Ideias Linguísticas. Isso já é um passo em direção à desestabilização do sentido de interpretação que se dá como evidente na prática dos intérpretes. É preciso que haja cada vez mais pesquisas e formulações em Libras para que os acadêmicos surdos possam participar de modo efetivo da produção e da interpretação do conhecimento científico. Para mim, está sendo muito significativo realizar essa pesquisa de dissertação na perspectiva teórica da Análise de Discurso, pois me possibilitou refletir sobre a minha história (dos surdos), enquanto sujeito surdo, compreender as condições de produção dela, os interdiscursos que a permeiam e que através dos dispositivos teóricos posso fazer uma análise diferente da linguística.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho de pesquisa tem como principal objetivo analisar os efeitos de sentidos produzidos pelo Exame Nacional do Ensino Médio – Enem - no Sujeito Surdo<sup>1</sup>, visto que é por meio deste exame que é avaliado o desempenho do estudante como critério de seleção para o ingresso na faculdade tanto pública quanto particular. Tomando a Análise de Discurso como filiação teórica, a partir dos trabalhos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, como também, a História das Ideias Linguísticas (HIL) de Sylvain Auroux, buscaremos analisar discursivamente a textualidade dos textos do Enem, como também faremos o recorte de suas questões para investigar como os modos de individuação do sujeito Surdo na formulação da prova impactam nos resultados obtidos por esses sujeitos.

A Língua Brasileira de Sinais – Libras foi reconhecida pela Lei de Libras número 10.436/2002, como meio legal de comunicação e expressão, sendo considerada a primeira Língua da comunidade Surda brasileira. A Lei foi regulamentada pelo Decreto 5.626 de 2005, reconhecendo o estatuto linguístico da Língua brasileira de sinais e, ao mesmo tempo, assinala que esta não pode substituir a modalidade escrita da Língua Portuguesa, língua corrente do país. Diante deste Decreto, Quadros e Schmiedt afirmam: “a educação de surdos no Brasil deve ser bilíngue, garantindo o acesso a educação por meio da Língua brasileira de sinais e o ensino da Língua Portuguesa escrita como segunda língua” (QUADROS; SCHMIEDT, 2006 p. 17).

Historicamente, o Surdo brasileiro foi submetido às mesmas condições de todos os deficientes, independente de sua especificidade linguística. Mediante a decisão tomada em 1880, no Congresso de Milão<sup>2</sup>no sujeito surdo foi proibido de usar línguas de sinais, e foi obrigado a ser educado de acordo com a metodologia oralista<sup>3</sup> imposta a partir dessa decisão, ou seja, o Surdo tinha que aprender a falar as

---

<sup>1</sup> Surdo com S maiúsculo é utilizado para representar o Surdo como sujeito cultural e político em oposição ao surdo com s minúsculo que se refere à condição audiológica de não ouvir.

<sup>2</sup> Congresso de Milão: “ocorrido em Milão, na Itália, em 1880, foi intitulado como II Congresso Internacional de Educação do Surdo. Nele foi decidido que a educação de surdos deveria ser exclusivamente pelo método oral. Desse modo, a Língua de sinais foi mundialmente proibida”. Há apagamentos e silenciamentos nesta proibição.

<sup>3</sup> Metodologia oralista:” baseia-se no acesso à língua falada por meio da leitura labial ou leitura orofacial e da amplificação do som, como também na expressão da fala. Mesmo reconhecendo que, no método oral, os alunos surdos recebiam uma educação inferior, os defensores do oralismo acreditavam que, sendo a surdez medicamente incurável, as pessoas surdas deveriam falar a fim de se tornarem normais”. Há, claramente, equívocos e evidências nessas noções sobre o sujeito Surdo e a Língua brasileira de sinais – Libras.



nacionais em sua modalidade falada, não somente a escrita, como atualmente está determinado pela Lei e Decreto de Libras. Embora houvesse esse controle institucional, os Surdos sempre que possível empregaram as línguas de sinais...

Nesse sentido, a AD nos possibilita uma contribuição, ou seja, o da crítica: as especificidades da Libras são apagadas, mesmo que elas se inscrevam na antropologia linguística. O mesmo ocorre com as línguas indígenas em relação às línguas ocidentais. Orlandi chancela nossa afirmação quando diz:

A AD, nessa forma crítica de relação com o modo de produção do conhecimento, nos permite uma primeira contribuição: o da crítica a propósito da utilização de certos modelos de análise de língua. Por exemplo, os modelos de análise das línguas indígenas são aqueles que, embora se inscrevam na antropologia linguística, perpetuam a indiferenciação ou, mais que isso, promovem o apagamento e a remissão do diferente ao mesmo, isto é, o apagamento da especificidade das línguas indígenas em relação às línguas ocidentais (ORLANDI, 1990, p. 24).

Tomamos essa relação das línguas indígenas e as línguas de sinais, em nossa análise, mais especificamente a Língua brasileira de sinais – Libras, porque ambas têm suas especificidades e, no caso específico das línguas de sinais há uma especificidade significativa que precisa ser considerada: elas não são produzidas oralmente. Nessa perspectiva, Prates (2020, p. 83) nos traz uma definição significativa dessas especificidades, ao referir que *“No caso específico da língua de sinais brasileira, ela tem uma materialidade significativa específica que são os sinais produzidos com as mãos e seus movimentos no espaço e no corpo do sujeito”*.

Destacamos essas especificidades porque ao realizar a prova do Enem é determinado ao sujeito-aluno-surdo que a faça na Língua corrente do país, ou seja, na Língua Portuguesa.

Nessa significação, o ensino de Língua Portuguesa, como segunda língua para Surdos, se fundamenta no fato de que eles são sujeitos brasileiros, têm o direito e o dever de utilizarem e aprenderem a Língua oficial do seu país para o exercício de sua cidadania. Esse discurso do Decreto da Lei de Libras nos leva a uma reflexão e um questionamento: o que é o brasileiro? Somente o falar e o escrever a Língua Portuguesa o define? E o Surdo e o índio, que falam outras línguas?

Orlandi (1990, p.47) nos diz quando faz a reflexão sobre o índio e sua relação com o homem branco, que a sociedade nos significa a partir da constituição de seu

imaginário funcionando, nesse sentido, como evidências em nosso sentimento de brasilidade. Ela também destaca que essa concepção para a significação do brasileiro vai trabalhando tanto a exclusão como a fixação de certos sentidos.

Tomamos essa reflexão de Orlandi porque ela nos possibilita pensar sobre o Surdo brasileiro e do quanto é complexa sua relação com o Estado. Assim como ocorreu com o índio sua existência é silenciada, no caso do sujeito Surdo o silenciamento é produzido através das Leis.

[...] pude constatar que, no caso do contato cultural entre índios e brancos, o silenciamento produzido pelo Estado não incide apenas sobre o que o índio, enquanto sujeito, faz, mas sobre a própria existência do índio enquanto sua parte e componente da cultura brasileira (ORLANDI, 1990, p. 56).

Nossa reflexão se deu a partir da Lei de Libras nº 10.436/2002, que traz em seu artigo 1º, o reconhecimento como meio legal de comunicação e expressão, ou seja, a Libras não é entendida nem reconhecida como Língua. Observamos que esse não reconhecimento é acentuado quando, na Lei, é dito: "...e outros recursos de expressão a ela associados". Há nesse discurso apagamentos históricos e linguísticos do sujeito Surdo brasileiro, "*Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados*" (BRASIL, 2002).

Observamos que outro silenciamento produzido pela Lei de Libras está em seu parágrafo único quando diz: "*Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa*" (BRASIL, 2002).

Assim sendo, o discurso da Lei de Libras nos remete ao que Orlandi (1990, p.49) disse: "*aquilo que não se diz mas que faz necessariamente parte do que é dito*". Não está dito no discurso da Lei, mas, ao determinar em Lei, que a Libras não poderá substituir a modalidade escrita da Língua Portuguesa o Estado está determinando um padrão de "normalidade" entre o surdo e o não surdo, isto é, a língua escrita como parâmetro de igualdade entre estes brasileiros com Línguas distintas. Barbosa nos traz uma formulação interessante a esse respeito quando analisa sobre a educação de surdos no século XIX: "*o surdo deveria ser igual ao não surdo para aproximar-se o máximo possível da "normalidade" (a inteligência só pode ser concebida na língua materna – português) e, assim, ser considerado cidadão*" (BARBOSA, 2020, p. 154).

Por conseguinte, podemos analisar que embora seja possível o deslocamento

do discurso e que o equívoco seja inerente à interpretação, notamos que não houve mudança nos discursos produzidos tanto do século XIX quanto no discurso da Lei de Libras, século XX. No funcionamento destes discursos e seus processos de significação mostram o silêncio constitutivo, pois inscreve-se no domínio do poder-dizer (ORLANDI, 1990, p.51). Desse modo, o Estado exerce o seu controle e ocupa a posição discursiva sobre o que o sujeito Surdo pode e não pode fazer/dizer, silenciado-o.

A instrumentalização da Libras foi iniciado antes de seu reconhecimento legal. Por outro lado, a instrumentalização possibilitou, entre outras discursividades, o seu reconhecimento e isso possibilitou a produção do Dicionário de Libras – Enciclopédia Ilustrada Trilíngue da Língua brasileira de Sinais, como também vários livros sobre sua gramática, cujo discurso ainda é em uma perspectiva linguística. Entretanto, estes estudos linguísticos produziram/produzem um arquivo para esta língua.

O nosso desafio com a análise das questões do Enem é trazer à tona que discurso permeia essas questões, suas evidências, seus equívocos, opacidades e efeitos de sentido.

É nesse sentido que consideramos o discurso no conjunto das práticas que constituem a sociedade na história, com a diferença de que a prática discursiva se especifica por ser uma prática simbólica. Um sujeito não produz só um discurso; um discurso não é igual a um texto (ORLANDI, 2015, p.69).

Em vista disso é importante sabermos quais as condições de produção desse Exame Nacional de Ensino Médio, como também quais as condições de produção do ensino fundamental e médio para o aluno Surdo atualmente.

Diante da história da Educação de Surdos no Brasil, observamos que houve muitos apagamentos em sua história, por isso é importante conhecermos os acontecimentos e fatos para compreendermos que posição o Surdo ocupa historicamente diante desses fatos e acontecimentos, ou seja, como a história do Sujeito Surdo brasileiro foi construída; como o discurso escrito da Língua Portuguesa o afeta, o interpela, o desloca. Segundo Orlandi:

[...] A questão a ser respondida não é o “o que”, mas o “como”. Para responder, a AD não trabalha com os textos apenas como ilustração ou como documento de algo que já está sabido em outro lugar e que o texto exemplifica. Ela produz um conhecimento a partir do próprio

texto, porque vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela o concebe em sua discursividade (ORLANDI, 2015, p.16).

Michel Pêcheux citado por Orlandi (2015, p.15) diz que a materialidade específica do discurso é a língua e que o seu funcionamento se dá na relação língua-discurso-ideologia. Pautados nessa formulação nos surge um questionamento a ser pesquisado: como certo discurso chega ao Surdo, já que este é mediado por um intérprete de língua de sinais quando precisa falar seja na escola, na faculdade e nas mais variadas situações do seu dia a dia? Se entendemos que o sentido que o sujeito produz é determinado pelas formações discursivas. O sujeito interpreta ao “traduzir”, que sentidos ele produz?

Ainda em Orlandi (1996, p. 09) é dito que “*a interpretação está presente em toda e qualquer manifestação da linguagem e que ela é sempre passível de equívoco*”. Diante disso nos ocorre outro questionamento: os sentidos e os não-sentidos do texto são de fato compreendidos pelo Surdo, já que são interpretados por um intérprete de Libras? Temos noção de que também isso pode ocorrer com os não-surdos, mas colocamos este questionamento para alertarmos sobre a ilusão a respeito da interpretação, pois, na educação dos sujeitos Surdos esse equívoco é evidente.

A nossa pesquisa pretende levantar questionamentos que possibilitem uma reflexão e até mesmo uma ruptura no que se refere ao concurso do Enem direcionado para o Sujeito Surdo. Abordaremos os fatos e acontecimentos históricos que pautaram a história da educação de Surdos no Brasil e, fundamentados na Análise de Discurso (PÊCHEUX e ORLANDI), pretendemos deslocar a noção de Língua, enquanto estrutura trazida pela Linguística para a noção de Língua enquanto base material para produção de discurso, que faz sentido e é “*constitutivo do homem e da sua história*” (ORLANDI, 2001, p. 13).

A análise de discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhes interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento (ORLANDI, 2001, p.13).

Desse modo, diante desse processo seletivo, objetivo principal do Enem, essa pesquisa refletirá, através desse objeto, as discursividades dos seus textos, como também os efeitos de sentidos desses textos para o sujeito Surdo, visto que há um

imaginário de leitura, interpretação e escrita já postas em suas proposições. Além disso, para o sujeito Surdo, essa leitura, interpretação e escrita são intermediadas pelo intérprete de Libras, abrindo, assim, espaço para *“pensar a constitutividade do sujeito institucionalizado por um imaginário de escrita”* (LEAL, 2015, p. 12).

## 1 REFLEXÕES SOBRE O SIGNIFICANTE ENEM

No curso Letras-Libras aprendemos e estudamos conceitos de acordo com a perspectiva da Linguística e ao escolhermos a teoria da AD e da HIL nos defrontamos com conceitos mais elaborados e profundos nos levando a reflexões nunca imaginadas, como por exemplo, como os sinais são formulados e produzidos?

A teoria da Análise de discurso nos despertou a preocupação com o sentido do que é dito, é por essa razão que antes das considerações iniciais iremos refletir sobre este significante referente ao Exame nacional de ensino médio – Enem, tema da nossa dissertação.

A Língua para a Análise de discurso tem historicidade e a história está encarnada na língua e se inscreve na história para significar, ou seja, ela tem um sentido, ela é um acontecimento. Não é transparente para o sujeito, ela é também a relação do sujeito com a história e ela o afeta.

O significante é constituído pela ausência de significado, não há uma relação, ou seja, não há significado para o significante. De acordo com Coelho (1968, p. 71):

o significante organiza-se como concatenação completamente fora da consciência... O significante é representante de uma identidade impossível... A ausência está no princípio da estrutura do significante... A relação do representante da identidade impossível com a existência na sua afirmação, tal é o estatuto do significante, e é do efeito do significante que nasce o sujeito (COELHO, 1968, p. 71).

Baseados nesses pressupostos trazemos o significante Enem, destacando que esse significante já estava formulado e produzido, inclusive sendo utilizado nacionalmente. Ciente dessa formulação fomos buscar as condições de produção que levaram a esse significante. Desse modo, entramos em contato com professores surdos do Brasil através de um grupo de WhatsApp (enquanto professora Surda faço parte desse grupo). Os professores surdos se interessaram e um deles fez um vídeo explicando as condições de produção que os levaram a produzir esse significante da forma que está sendo propagado.

O nome do professor Surdo que se dispôs a explicar sobre como foi produzido o sinal do Enem é Marcelo Bertoluci, graduado em Letras/Libras pela UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, mestrando em Educação, Comunicação e Tecnologia. Atualmente trabalha no Inep, na área específica de Libras, referente ao

Enem.

Como não é possível incluir o vídeo nesta dissertação, segue a transcrição da Libras para a Língua Portuguesa da fala do professor surdo:

Marcelo explica que anteriormente havia um significante para o MEC que era produzido desta forma:

**Imagem 01 – Significante MEC**



Fonte: imagem e foto de Marcelo Lorenzi Bertoluci, 2021.



Vídeo em QR

Marcelo diz que as pessoas, tanto surdas quanto não-surdas, não usam esse significante para se referirem ao MEC, embora esteja produzido, preferem digitar em alfabeto manual a palavra M-E-C. Continua explicando que o logotipo do Enem passou por três mudanças. No segundo logotipo há uma referência a pessoa, cujo significante é esse:

**Imagem 02 – Segundo logotipo do ENEM e significante**



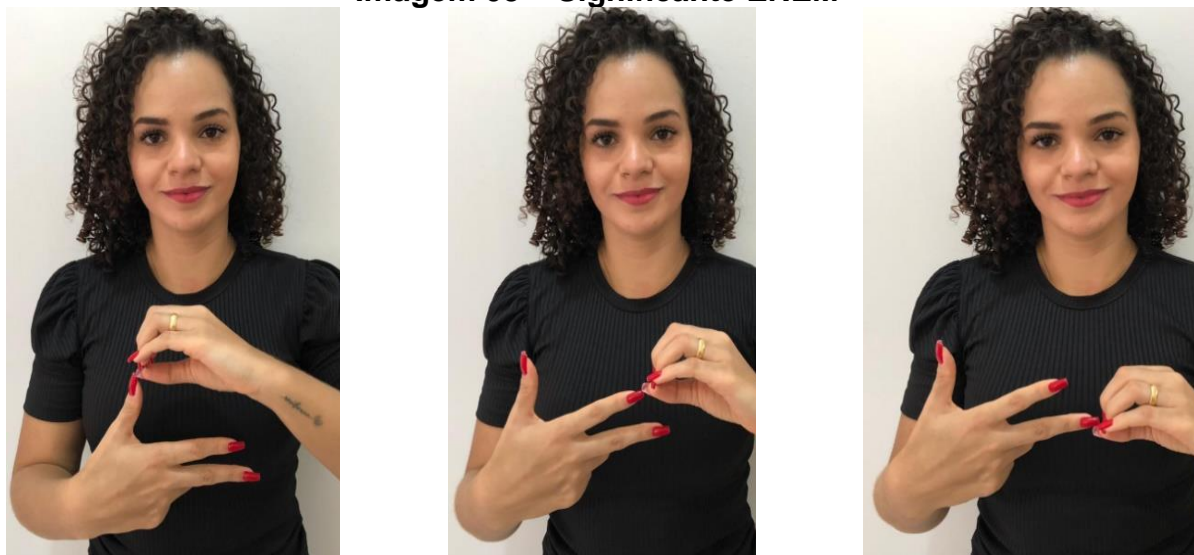
Fonte: imagem e foto de Marcelo Lorenzi Bertoluci, 2021.



Vídeo em QR

Assim, baseados nessa imagem, os Surdos produziram o significante Enem, isto é, na evidência desse sentido formularam este significante:

### Imagem 03 – Significante ENEM



Fonte: elaborada pela autora.

A Língua é a ordem significante e Lacan nos traz pela Psicanálise algo diferente do que disse Saussure, pela Linguística, isto é, Saussure sobrepôs o significado ao significante, enquanto que Lacan, ao contrário disso, disse que o significante se sobrepõe ao significado, pois a Língua é o significante e por ele ser constituído na ausência de significado possibilita outras significações. Desse modo, não havendo uma relação entre eles, o que vai colar um no outro é a evidência, pois o que produz a evidência do sentido é a ideologia.

A Língua Brasileira de Sinais é atravessada pela relação de dominação da Língua Portuguesa, ela é parâmetro para a formulação dos significantes. Desse modo, a AD nos possibilita analisar como se configura a formulação e os efeitos de sentidos desse significante. Orlandi (1990, p. 158-159) nos diz ao falar das línguas indígenas, língua tais quais as línguas de sinais, com suas especificidades e relações com o português brasileiro:

a análise discursiva procura reavivar a percepção de que os processos de influência mútua em línguas, em culturas e seres diferentes em contato, é complexa, permanente e mesmo, sob certos aspectos, imprevisível (ORLANDI, 1990, p. 158-159).



## 2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS: linguagem, discurso, sujeito e ideologia

Michel Pêcheux (1938 - 1983) fundou a disciplina Análise de Discurso na França, nos anos de 1960, no século XX. Articulou as três áreas (regiões) do conhecimento: o Materialismo Histórico, a Linguística e a Psicanálise. Propiciou rupturas nas áreas da Epistemologia e Ciências Sociais. Desse modo, provocou um aprofundamento na análise do discurso, pois para ele a materialidade da ideologia é o discurso e a materialidade do discurso é a língua.

Pêcheux era filósofo, estudou na Escola Normal Superior de Paris. Após sua graduação em filosofia foi convidado para fazer parte do Departamento de Psicologia, no CNRS. A partir de reflexões sobre as teorias de L. Althusser, Lacan e Saussure, Pêcheux questiona essas teorias e as critica. Nem a filosofia, área de sua formação, é poupada, pois ele critica a sua prática tradicional. Michel Pêcheux rompeu e provocou fissuras nessas teorias, percebeu a necessidade de uma mutação conceitual e a possibilidade de se construir um dispositivo, ou melhor, um instrumento científico, pela ciência da ideologia.

Os fundamentos teóricos da Análise Automática do Discurso (AAD) foram introduzidos com a publicação na revista *Cercle d'Epistemologie de l'Ecole Normale Supérieure* (1966), assinado por Thomas Herbert, codinome de Michel Pêcheux. Thomas Herbert escreve um segundo texto em 1968, ou seja, Pêcheux continuava utilizando esse pseudônimo. Porém, em 1967 e 1968, ele resolveu publicar dois artigos assinando o próprio nome, entretanto, são textos diferentes, parecendo serem produzidos por pessoas distintas. O artigo assinado por Thomas Herbert refere-se ao materialismo histórico e à psicanálise. O livro assinado por Michel Pêcheux refere-se à AAD como uma teoria de ideologias e uma teoria do inconsciente.

O objetivo principal de Pêcheux era abrir uma fissura teórica e científica no campo das ciências sociais. Segundo ele a publicação de “A análise automática do discurso” tinha a finalidade de provocar uma alteração no materialismo histórico, ponto crucial, segundo ele, das ciências sociais.

A crítica feita por Pêcheux sobre as ciências sociais refere-se a sua situação teórica e a ausência de um instrumento científico, retirando assim sua condição empírica, ou seja, *“considerar qualquer utilização de um instrumento como científica, esquecer o papel dos instrumentos na prática científica”* (HENRY,1993, p.15). Pêcheux visava fornecer às ciências sociais um instrumento científico no qual seria a

contrapartida de uma abertura teórica em seu campo (HENRY, 1993, p.15). Diante disso, era de seu interesse conceber esse instrumento ao desenvolver a análise automática do discurso. Ele compreendeu que *“uma ciência é, antes de tudo, a ciência da ideologia (ou das ideologias) com as quais ela rompe”*. (HENRY,1993, p.16).

Continuando, no segundo texto de Herbert-Pêcheux cita as condições para que a ciência estabeleça o seu objeto, como também, a reprodução metódica deste objeto. Ele afirma que:

- a) Num certo sentido, toda ciência, é antes de tudo, a ciência da ideologia com a qual romper. Logo, o objeto de uma ciência não é um objeto empírico, mas uma construção.
- b) O momento da transformação produtora do seu objeto, que é dominado por um trabalho de elaboração teórico-conceitual que subverte o discurso ideológico com que esta ciência rompe (HENRY,1993, p.16).

Para Pêcheux os instrumentos científicos são fundamentais para uma transformação da prática nas ciências sociais. Em vista disso, *“Pêcheux objetivava uma transformação da prática nas ciências sociais, uma transformação que poderia fazer desta prática uma prática verdadeiramente científica”* (HENRY,1993, p.18).

A análise de Discurso se constitui no espaço de questões criadas pela relação entre três domínios disciplinares que são ao mesmo tempo uma ruptura com o século XIX: a linguística de Saussure e o seu estruturalismo, Louis Althusser e a releitura do Marxismo de Karl Marx, a Psicanálise de Freud na releitura de Lacan.

Assim, nessa convergência, entre estes três domínios disciplinares, a Análise de Discurso procura mostrar que a relação linguagem/pensamento não é unívoca, não é uma relação direta que se faz termo-a-termo, pois cada um tem sua especificidade, ou seja, não se passa diretamente de um a outro. É importante destacar que a Análise de Discurso não trata da língua, entretanto, ela procura compreender o seu sentido, enquanto trabalho simbólico constitutivo do homem e da sua história (ORLANDI, 2001, p.13).

Essa afirmação nos interessa especialmente, pois na história da educação de Surdos o filósofo Aristóteles acreditava que quando as pessoas não falavam porque não possuíam linguagem e tampouco pensamento, dizia que:

[...] de todas as sensações é a audição que contribui mais para a inteligência e o conhecimento ..., portanto, os nascidos surdos-mudos

se tornam insensatos e naturalmente incapazes de razão”, ele [Aristóteles] achava absurdo a intenção de ensinar o surdo a falar (STROBELL, 2009, p. 18).

Diante disso, a Análise de discurso nos traz o esclarecimento quanto a esse pensamento equivocado de Aristóteles quando Orlandi (2015, p. 17) nos diz que “a relação linguagem/pensamento não é unívoca, também não é uma relação direta que se faz termo-a-termo, ou seja, não se passa diretamente de um a outro”. Além disso, a AD nos traz também o real da história, isto é, o homem faz história e esta não lhe é transparente. Desse modo, podemos compreender que a história da educação de Surdos também passou/passa por esta conjugação da língua com a história, como também, a compreensão desses sujeitos Surdos afetados pela história. Assim:

O sujeito de linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia (ORLANDI, 2015, p.18).

Por conseguinte, é a ideologia que faz com que haja sujeitos, isto é, o indivíduo é interpelado pela ideologia em sujeito e ele é sujeito à língua e à história, estas o constitui para produzir sentidos, ele é afetado por elas. Orlandi, a partir de Pêcheux, nos diz que

a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua. Em razão disso, Pêcheux conclui que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido (PÊCHEUX, 1975, *apud* ORLANDI, 2015, p. 15).

É importante ressaltar que nem a linguagem, nem os sentidos, nem os sujeitos são transparentes, isto é, eles têm sua materialidade e se constituem em processos convergentes da língua, da história e da ideologia.

Outro ponto fundamental para salientarmos é que o sujeito é atravessado pela linguagem e pela história e sob o modo do imaginário ele só tem acesso a parte do que diz, ou seja, ele é sujeito de e é sujeito à e para se constituir ele é sujeito à língua e à história, como também para produzir sentidos ele é afetado por elas. Desse modo, ele sofre os efeitos do simbólico, pois se não se submeter à língua e à história ele não se constitui, não fala, não produz sentidos (ORLANDI, 2001, pg. 46).

É importante trazermos também o sujeito discursivo, pois ele é pensado, na AD, como posição, ocupando um “lugar” para ser sujeito do que diz. Entretanto, Orlandi (2001, p. 47) nos diz que: *“o modo como o sujeito ocupa seu lugar enquanto posição, não lhe é acessível, ele não tem acesso direto à exterioridade (interdiscurso) que o constitui”*.

Assim, Barbosa (2020, p.96) nos traz a noção de sujeito Surdo:

Entendemos que o sujeito surdo é falado a partir de algumas instâncias sociais como a língua e a escola, por exemplo, e a imagem que tais instituições projetam sobre o surdo acabam por tornar-se verdades institucionalizadas. Portanto, o surdo enquanto sujeito vai assumindo diversas posições-sujeito em seu processo sócio-histórico, sendo determinado de acordo com a projeção social sobre sua condição bio-física, principalmente (BARBOSA, 2020, p. 96).

Diante do exposto, observamos a posição das instituições em relação ao sujeito Surdo, pois, de alguma forma, coíbe o indivíduo com suas determinações. Barbosa (2020, p.109) afirma: *“A instituição escolar seria, pois, o lugar de determinação do sujeito, uniformizando-o por meio de sua lógica coercitiva”*. Haroche (1992, p. 25) conforme citada por Barbosa (2020, p. 109) afirma que uma das formas de coerção do indivíduo é a determinação:

Bem mais do que ao exercício específico da pedagogia medieval, a determinação serve à exigência de pureza na língua e se integra no funcionamento ideológico mais amplo que concerne à relação do sujeito com a língua e com o saber (HAROCHE, 1992, p. 25 *apud* BARBOSA, 2020, p. 109).

Assim sendo, trazemos o Enem, nosso objeto de pesquisa, determinado por uma instituição que é um órgão regulador do Estado, o INEP. Em relação a essa instituição, Leal (2015, p. 38) diz:

Considerando as relações de sentido que perpassam o discurso, pode-se dizer que o INEP, enquanto órgão regulador do Estado se coloca como o lugar autorizado da regularidade, da normatividade e da língua institucionalizada (LEAL, 2015, p. 38).

Nessa concepção em que o Estado dita as normas para a aprovação/reprovação, bem como as habilidades e/ou inabilidades do sujeito-aluno nos perguntamos: qual o modo de inviduação feita pelo Estado no Enem? Como o

INEP se posiciona em relação ao sujeito-aluno-surdo? Em relação a estes questionamentos nos cabe o que diz Orlandi (1999, p. 11): *“Vale lembrar que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, na articulação da língua com a história, em que entram o imaginário e a ideologia”*.

### 3 HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS E O PROCESSO DE GRAMATIZAÇÃO DA LIBRAS

O Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) é o nosso objeto de pesquisa, como também o Sujeito Surdo e o modo de individuação pelo Estado. Em vista disso, a Análise de Discurso e sua articulação com a HIL – História da Ideias Linguísticas, nos possibilita o estudo e uma reflexão sobre as contradições, equívocos, transparências, opacidades, como também, a descrição e instrumentalização de uma ou mais línguas.

Nessa lógica, na aplicação das provas do Enem para o aluno surdo há duas línguas, ou seja, a Língua Portuguesa e a Língua brasileira de sinais – Libras. A presença de duas línguas tão distintas em uma avaliação de nível nacional cujo objetivo é avaliar o desempenho dos alunos do ensino médio para a possibilidade de uma vaga em uma Universidade seja ela federal ou particular é um fato que nos chama a atenção, pois percebemos a necessidade em trazeremos, para este estudo, uma reflexão sobre o trabalho do intérprete de Libras na interpretação das questões desse exame nacional.

Primeiramente trataremos do processo de gramatização da Libras tomando como filiação teórica a História das Ideias Linguísticas de Sylvian Auroux para depois refletirmos sobre o trabalho de interpretação do intérprete de Libras e, para este estudo, nos pautaremos na obra de Eni Orlandi: Interpretação – autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.

Iniciamos introduzindo a História da Ideias Linguísticas ressaltando os seus pontos de contato e articulação com a Análise de Discurso trazendo Nunes (2008, p. 109) :

Um dos pontos de contato dessa articulação entre a AD e a HIL reside em uma visão histórica da ciência e, particularmente, do que chamamos as “ciências da linguagem” [...]. Note-se que tal articulação não se dá ao modo da interdisciplinaridade ou de uma complementaridade. A AD e a HIL têm seus métodos específicos, mas a partir do contato entre esses dois domínios e das questões que um coloca ao outro, temos ressonâncias tanto em uma quanto em outra direção (NUNES, 2008, p. 109).

Tomando também o que diz Orlandi sobre a História das Ideias Linguística – HIL:

[...] debruço-me sobre esta história das ideias linguísticas no Brasil como algo sujeito a equívoco, dando lugar a releituras, a divisões, a diferentes filiações teóricas. Restituindo o político em sua relação com o simbólico, o que é a marca de nascença da análise de discurso. Desse modo, pela história de constituição da língua e do conhecimento a respeito dela, posso observar a história do país (ORLANDI, 2002, p. 09).

Assim, nesta articulação entre a AD e a HIL podemos refletir sobre a constituição da língua nacional, como também sobre a constituição da Libras para, desse modo, compreendermos e analisarmos os discursos produzidos pelo Exame Nacional do Ensino médio – Enem e seus efeitos de sentido no sujeito-aluno-Surdo. Para tanto, tomaremos o processo de gramatização da Libras, como também a história da educação de surdos.

Auroux (2014, p. 8) diz que para os filósofos, historiadores e linguistas a causa para o nascimento da escrita foi o surgimento das ciências da linguagem. Para ele a escrita foi uma revolução tecnológica importante para a história da humanidade. Ainda segundo Auroux, a escrita é uma representação metalinguística e o seu processo produz um papel fundamental na origem das tradições linguísticas. Quando o autor se refere à origem, ele a define como um processo, podendo esta ser espontânea ou o resultado de uma transferência tecnológica. Em vista disso, a tradição latina, como também a gramática hebraica e o estudo dos vernáculos europeus, ameríndios e africanos resultam de uma transferência.

Vale ressaltar que essa transferência pode ser acompanhada de técnicas da escrita, como o que aconteceu com o Japão que importou dos caracteres chineses no século V da nossa era. Outro ponto a ser destacado é que a transferência pode ser realizada a partir de uma tradição espontânea como é o caso do hebreu. Ela também pode ser difusa, como o árabe. Por fim, Auroux (2014, p. 24) diz que para haver uma transferência tecnológica, no caso da linguagem, é necessário um bom conhecimento da língua-fonte e de sua cultura.

Nessa direção, iremos refletir sobre a escrita da Língua de Sinais que teve seu início como uma proposta de notação chamada de Mimographie. Seu autor, Roch Ambroise Auguste Bébien, um francês, não-surdo, fluente em língua de sinais, segundo Oviedo (2009) citado por Nascimento (2018, p. 68). Ainda sobre Bébien, Stumpf (2005) diz:

No século XIX, Bébian (1817) escreveu que, em seus numerosos trabalhos havia traçado um caminho para a educação dos surdos e que, outro, mais hábil, ou mais bem assessorado encontraria o fim desse caminho. Ele não pode ser reduzido apenas a um defensor dos sinais, era sim, partidário de uma educação que começando pelos sinais, pois dizia, essa é a única maneira de comunicação com uma criança surda, chegaria à maioridade como surdo possuidor de duas línguas: a língua de sinais, inclusive escrita, e a língua de seu país, esta somente na sua forma escrita (STUMPF, 2005, p.47).

A escrita de sinais foi desenvolvida também por Willian Stokoe que, para facilitar suas pesquisas, criou um sistema de notação, tornando-se, assim, uma referência para muitos pesquisadores das línguas de sinais.

**Imagem 04 – Tabela das configurações das mãos conforme Stokoe**

**Configurações das mãos conforme Stokoe**

	A	Punho fechado		I	Como "I"
	Ā	Punho fechado, polegar estendido		K	Como "K"
	B	Mão plana		3	Como "3"
	B̄	Como "B" mas dedos curvos		R	Como "R"
	5	Dedos estendidos como "5"		V	Como "V"
	C	Mão curvada como "C"		W	Como "W"
	E	Mão contraída		X	Índice curvo
	F	Como "F"		Y	Mínimo e indicador estendidos
	G	Indicador aponta		8	Médio e polegar em contato
	H	Indicador e médio apontam (antiga forma do "H")			

Fonte: Tese de Doutorado de Marianne Stumpf

A língua, de acordo com Orlandi (2002), tem sempre uma exterioridade, que é



constitutiva dela, não é só forma, tem historicidade, não é só estrutura, ela é um acontecimento. Os Surdos quando escrevem utilizam a língua vigente de seus países, entretanto, quando escrevem, trazem as memórias da língua de sinais e atravessam a Língua Portuguesa, no caso do Surdo brasileiro.

Para compreendermos a noção de língua precisamos nos deslocarmos de sua forma e estrutura, ou seja, de seu sistema fechado, com as delimitações das normas para concebê-la ao contrário disso, isto é, sair da língua imaginária para a língua fluida. Orlandi (2002, p. 13) nos diz:

[...] existe língua e existem línguas, ou, em seus termos, a língua gramatical e o corpo pleno da língua. Defini a língua imaginária como sistema fechado, normas, artefato do linguista (mas também dos missionários e outros assemelhados) ao passo que a língua fluida é a língua no mundo, sem regras que a aprisionem, língua no acontecimento do significar na relação de homens com homens, sujeitos e sujeitos (ORLANDI, 2002, p. 13).

A noção de língua imaginária permeou, ao que parece, a transferência da Língua de sinais, ou das Línguas de sinais para a escrita, ou seja, a língua gramatical. Barreto (2015, p. 61) cita Quadros (2000) afirma que *“a escrita das Línguas orais não capta as relações de significado das Línguas de Sinais e, portanto, não consegue expressar a língua em que a criança surda processa seu pensamento”*.

Temos noção que esse dizer de Barreto citado por Quadros se deve à sua filiação teórica diferente da filiação que pauta esse trabalho. Por isso, diremos de outro modo: a escrita das Línguas orais não consegue transferir o sentido das Língua de sinais porque está imbricada com o recorte da cadeia falada.

Dessa maneira, trazemos a sign writing ou como é chamada no Brasil: Escrita da Língua de Sinais (ELS). Ela foi criada a partir dos movimentos de dança, o balé, por Valerie Sutton, em 1972.

Sutton era uma excelente notadora de movimentos da dança e, por essa razão, foi procurada pelos pesquisadores da Língua de Sinais Dinamarquesa, da Universidade de Copenhagen, que estavam interessados em uma maneira de escrever essa língua. Assim, disponibilizaram alguns vídeos de alguns surdos sinalizando e pediram a Sutton que escrevesse os sinais apresentados. Através do sistema de escrita dela, os pesquisadores fizeram adaptações necessárias à Língua de Sinais e dessa forma nasceu, em 1974, a Sign Writting, um sistema específico para

escrever as Línguas de Sinais.

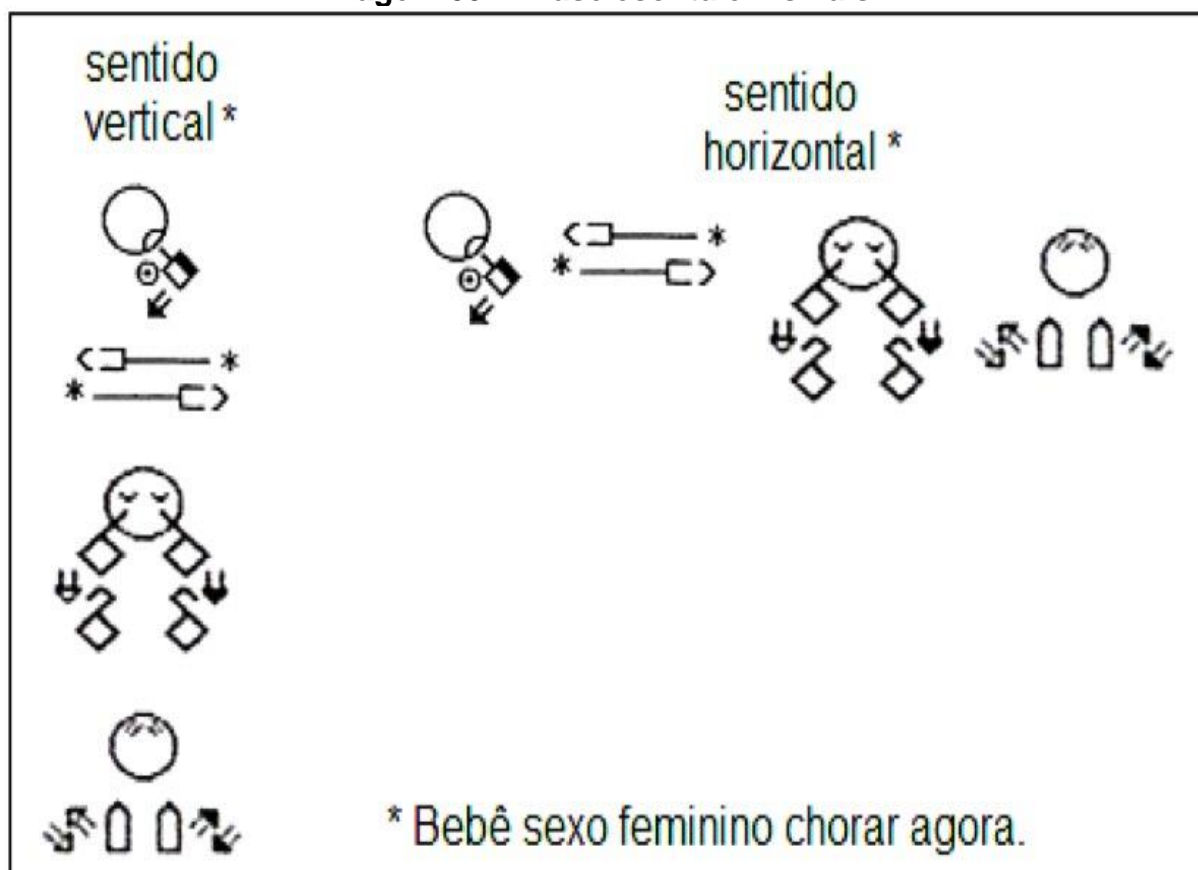
O diferencial da Sign Writing (ELS) das demais notações escritas de sinais é que ela busca a produção de sentido dos sinais articulados entre si, como também quando o sinalizador o está produzindo.

Em 2006, a Sign Writing foi reconhecida pelo ISO como escrita das Línguas de Sinais e incluída no registro das Línguas de sinais do mundo.

Em 2006 o Sign Writing foi reconhecido pelo comitê International Organization for Standardization (mais conhecido como ISO) como escrita das Línguas de Sinais. Desde então foi incluído no Registro das Línguas de Sinais do Mundo, o que contribuiu para o seu status linguísticos destas línguas (BARRETO e BARRETO, 2012, p.75).

A título de exemplo trazemos uma frase em escrita de sinais:

**Imagem 05 – Frase escrita em sinais**



Fonte: Tese de Doutorado de Marianne Stumpf.

Essa é a história da escrita das Línguas de Sinais que, ao que nos parece, em seu decorrer, seus autores foram os não-surdos, havendo, ao que tudo indica, a não

participação do sujeito Surdo. Assim, ocorre o que Orlandi (2002, p. 11) diz: [...] “a língua tem sua ordem própria, mas ao preço de alguns esquecimentos necessários a seu corte epistemológico. É assim que se deixam de fora o sujeito e a situação”.

Dando continuidade à nossa pesquisa traremos o processo de gramatização da Língua brasileira de sinais.

Iniciaremos abordando o fato da gramatização que, conforme Aurox, a partir do século V (de nossa era) até o fim de século XIX ocorreu um processo de gramatização massiva das línguas do mundo e, ainda segundo ele, esse fato se deu a partir de uma única tradição linguística, a tradição greco-latina. Esse acontecimento foi considerado, depois da revolução da escrita, a segunda revolução técnico-linguística. O processo de gramatização mudou a ecologia da comunicação humana, como também cooperou para a organização de suas sociedades.

O processo de gramatização se desenvolve por meio do saber metalinguístico, isto é, do dicionário e da gramática. Esses dois instrumentos são tecnologias que utilizamos para descrever e instrumentar uma língua. Desse modo, pensamos a gramática, como diz Orlandi (2002, p.17):

Pensando a gramática como objeto histórico, artefato pedagógico, podemos questionar sobre o modo como ela inscreve o sujeito na vida social, em relações pelas quais ele se identifica com o “seu” grupo social, como sujeito de um Estado, de um país, de uma nação. A Escola adquire importância específica nos processos de individualização do sujeito pelo Estado, se ligamos a produção, forma e o funcionamento dos instrumentos linguísticos, com a Instituição em que eles se praticam (ORLANDI, 2002, p. 17).

Trouxemos esse pensamento de Orlandi porque ele condiz com o que estamos abordando, ou seja, qual o modo de individuação pelo Estado na aplicação do ENEM para o sujeito Surdo?

Fazemos esse questionamento porque o sujeito Surdo fala outra língua, a Libras, e a Língua Portuguesa, como também a sua gramática, ela é o artefato principal no funcionamento da aplicação desse exame nacional. Para um melhor entendimento do nosso questionamento nos voltaremos para a educação de surdos e a gramatização das Línguas de Sinais, mais especificamente da Língua brasileira de sinais.

Sabemos a importância da história, da cronologia dos fatos, dos acontecimentos, entretanto, eles serão apenas uma ligação com a historicidade da

educação de surdos para melhor compreendermos o processo de gramatização da Libras. Assim, tomaremos a história e o conceito de historicidade como base na relação da língua com a história e os sujeitos, em sua relação com os sentidos. Auroux (2014, p. 12) diz: *“Sem memória, sem projeto, simplesmente não há saber”*.

Tomaremos o acontecimento do II Congresso de Milão como memória na educação de surdos, visto que, foi a partir desse congresso, realizado em Milão, em 1880 que foi determinada uma filosofia (oralismo) para a educação de surdos no mundo. O método oral era concebido como um meio dos surdos adquirirem a fala e, desta maneira, se tornarem “normais”. A partir desta decisão tomada no Congresso de Milão, os professores surdos, que atuavam, principalmente na França, onde foi fundada a primeira escola para surdos no mundo, pelo abade ouvinte Charles-Michel de L’Epée, foram paulatinamente destituídos e a Língua de sinais foi veementemente proibida de ser usada pelos professores na educação e comunicação com os alunos surdos.

Este fato histórico repercutiu também na educação dos surdos brasileiros, a partir de um decreto publicado em 1911. Porém, mesmo que estejamos retomando um fato histórico da educação de surdos, de maneira geral, o nosso objetivo é trazer os efeitos de sentido e a condição de produção, bem como os efeitos de sentido dessa memória na construção do saber linguístico da Língua brasileira de sinais.

Assim como o acontecimento da história da educação de surdos foi o II, a partir de Congresso de Milão, a fundação do Instituto Imperial de Surdos-Mudos, em 1857, atualmente, Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES -, é um acontecimento na educação dos surdos brasileiros. Dizemos isso porque a partir dele, se estabelecem outras condições de produção.

O Instituto foi fundado por Dom Pedro II, que tinha um neto surdo, e pelo surdo francês E. Huet. As crianças surdas, oriundas de todo o Brasil, além dos sinais que já usavam antes da fundação do INES, passaram a usar também, os termos e sistemas de comunicação empregados naquela época, pois estavam expostas à língua de sinais francesa (lembrando que essa denominação só foi atribuída à língua utilizada pelos surdos franceses no século XX, pelo sociólogo francês Mottez) e aos sinais metódicos usados por E.Huet, todos esses fatos influenciaram na formulação dos sinais do que hoje conhecemos como Língua brasileira de sinais – Libras (ROCHA, 2008; STROBEL, 2009).

Barbosa destaca fatos muito interessantes sobre o fundador do Instituto, E.

Huet, e que não são revelados nos livros que relatam a história da educação dos surdos brasileiros. Primeiro fato, Barbosa (2020, p. 30) diz: *“nota-se, pois, que a historicidade da educação de surdos brasileiros passa pela forte presença de pessoas ou de influências do exterior, a começar pelo seu formador”*. Segundo fato: E. Huet foi embora negociando sua saída através de um acordo e, ainda, segundo Barbosa, mesmo que sua saída tenha sido noticiada formalmente pelo Marquês de Abrantes, não há nesse documento o motivo pelo qual ele resolveu sair. Assim, Barbosa (2020, p.31) conclui dizendo:

podemos dizer que o motivo que levou Huet a sair do Instituto é silenciado. Há um não-dito que aponta para a destituição do único surdo que assumiu o cargo de diretor da instituição, ficando na memória institucional, sua posição de fundador – diga-se fundador indenizado -, tomado como um “vulto notável” pelos surdos brasileiros (BARBOSA, 2020, p. 31).

Observamos também neste silenciamento da saída de Huet do Instituto o que Orlandi (1995, p. 24) concebe como silêncio constitutivo, ou seja, para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as “outras” palavras).

Assim, podemos perceber que na construção desse saber linguístico da Língua brasileira de sinais os sentidos vão sendo produzidos e constituídos por meio das relações de poder, do não-dito e do apagamento histórico. Auroux (2014, p. 14) nos diz que o saber é proveniente das interações entre o contexto e as tradições, isto é, é um produto histórico.

Dessa forma, retomaremos o processo de gramatização das línguas, principalmente da Língua brasileira de sinais tomando o conceito de Sylvain Auroux que entende a gramatização como um processo que conduz a descrever e instrumentar uma língua utilizando duas tecnologias linguísticas: a gramática e o dicionário.

O processo de gramatização da Libras tem início, principalmente, com a publicação do livro *Iconografia dos Sinais dos Surdos-mudos*, em 1875, cujo autor surdo se chamava Flausino José da Gama. O livro era uma espécie de dicionário composto por 399 sinais ilustrados com imagens referentes ao vocabulário formulado, de acordo com a condição de produção da época, nesta formulação havia uma mistura tanto da Língua de sinais dos surdos franceses (trazida por E. Huet) quanto da Língua de sinais dos surdos brasileiros.

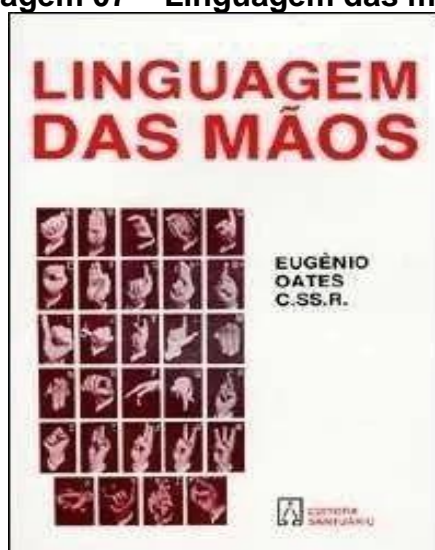
**Imagem 06 – Iconografia dos sinais dos surdos-mudos, Gama (1875)**



**Fonte:** imagem retirada do livro, de mesmo nome, disponível em: <[https://editora-arara-azul.com.br/site/tribuna\\_livre](https://editora-arara-azul.com.br/site/tribuna_livre)>.

Outra obra publicada, em 1969, pelo Padre Eugênio Oates, autor não-surdo, intitulado *Linguagem das Mãos*; era composto por 1.258 sinais e trazia em sua formulação a influência da Língua de Sinais Americana – ASL (ROCHA,2008).

**Imagem 07 – Linguagem das mãos**

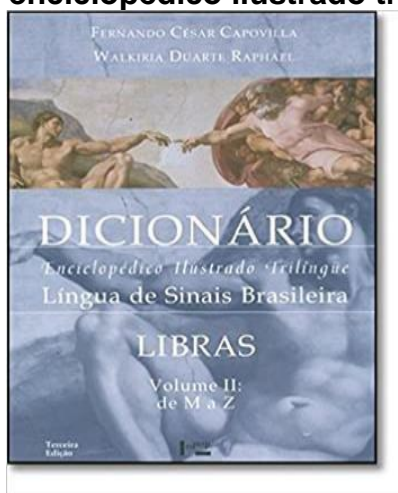


**Fonte:** imagem retirada do google. Disponível em: <[https://d1pkzhm5uq4mnt.cloudfront.net/imagens/capas/\\_269533df41900795af0d25062464778748be7052.jpg](https://d1pkzhm5uq4mnt.cloudfront.net/imagens/capas/_269533df41900795af0d25062464778748be7052.jpg)>.

Baseados em Auroux, consideramos que o dicionário formulado tanto por Flausino quanto pelo Padre Eugênio Oates correspondem a um discurso lexicográfico daqueles sinais, das referidas épocas, melhor dizendo, se trata de um glossário tal qual os glossários monolíngues medievais do latim que eram destinados a ensinar o latim como segunda língua.

Nesse processo da gramatização da Libras, no ano de 2001, foi publicado o Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue, do professor Fernando César Capovilla e da psicóloga Walkiria Duarte Raphael. Esse dicionário é composto por dois volumes em ordem alfabética, com 9.500 verbetes nas versões digital e impressa. Foi produzido tanto em Língua Portuguesa escrita, quanto pelos sinais da Libras e a escrita de sinais (sign writing). Por ser um dicionário enciclopédico ele aborda, além da descrição dos sinais, assuntos como educação e surdez.

#### **Imagem 08 – Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue, versão impressa**



**Fonte:** imagem retirada do google. Disponível em <<https://books.google.com.br/books?id=N-ybDVKtBygC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>.

#### **Imagem 09 – Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue, versão digital**



**Fonte:** imagem retirada do google. Disponível em: <[https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcRL\\_mGeGBGwDJBmVo0C\\_L6P\\_TQZnSgnkQcmA&usqp=CAU](https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcRL_mGeGBGwDJBmVo0C_L6P_TQZnSgnkQcmA&usqp=CAU)>.

Os mesmos autores do Dicionário Trilíngue da Libras, Capovilla e Raphael, convidaram outra autora chamada Aline Cristina Maurício, ampliaram suas pesquisas e produziram o Deit-Libras, com 9.828 verbetes, no ano de 2009. Nesta versão, além das ilustrações gráficas há exemplos para o uso dos sinais, bem como as diversas interpretações dos termos nas principais regiões do Brasil, destacando Rio de Janeiro e São Paulo. Em 2017, Capovilla e Raphael convidam Janice Gonçalves Temoteo e Antonella Cantarelli Martins para produzirem o Novo Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: *A Libras em suas mãos*, com três volumes e 14.500 sinais.

**Imagem 10 – DICIONÁRIO DA LÍNGUA DE SINAIS DO BRASIL: a Libras em suas mãos**



**Fonte:** imagem retirada do google. Disponível em: < [https://images-submarino.b2w.io/produtos/27072856/imagens/dicionario-da-lingua-de-sinais-do-brasil-a-libras-em-suas-maos-03-vols/27072856\\_1\\_large.jpg](https://images-submarino.b2w.io/produtos/27072856/imagens/dicionario-da-lingua-de-sinais-do-brasil-a-libras-em-suas-maos-03-vols/27072856_1_large.jpg)>.

Ressaltamos que os dicionários da Língua Brasileira de Sinais aqui apresentados, além de suas produções como instrumentos linguísticos, descrevem a língua cumprindo uma função pedagógica para o seu ensino e aprendizagem. Observamos isso na apresentação do Deit-Libras feita pelo neurologista e escritor Oliver Sacks.



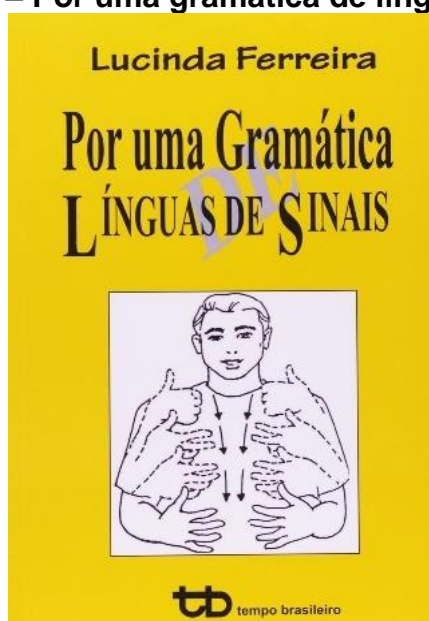
Esperamos que sua publicação seja de ajuda à situação do surdo brasileiro, chamando atenção à sua língua singular, e por implicação de formar professores peritos no seu emprego, de modo que as crianças surdas possam receber o acesso o mais precoce possível à língua – o mesmo acesso que é dado às pessoas ouvintes – para permitir que se tornem fluentes na leitura e na escrita (SACKS, 2000, p. 15).

Observamos também neste discurso a menção do dicionário como um instrumento a favor da escrita da Língua Portuguesa, ou seja, a um saber linguístico. Há, de certa forma, um apagamento da Libras.

Os instrumentos linguísticos, como a gramática e o dicionário são meios linguísticos, ou seja, são instrumentos metalinguísticos e não apenas uma simples descrição da língua na tecnologia da gramatização.

Há na Libras diversas produções e publicações de dicionários, entretanto, não há, ainda, a publicação de uma gramática. O que há são publicações sobre a gramática das Línguas de Sinais, como por exemplo, a obra de Lucinda Ferreira Brito, publicada em 1995: Por uma gramática de Línguas de sinais. Destacamos que houve uma reimpressão dessa obra em 2010. É importante ressaltar, que na perspectiva da AD, se entende que a gramática é um instrumento linguístico, uma tecnologia.

### Imagem 11 – Por uma gramática de língua de sinais



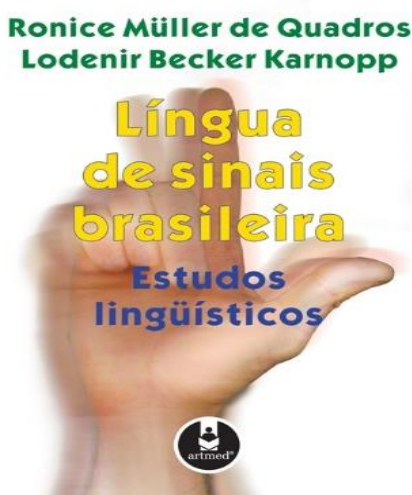
**Fonte:** a imagem foi retirada e está disponível em: <<https://www.estantevirtual.com.br/livros/lucinda-ferreira-brito/por-uma-gramatica-de-linguas-de-sinais->>.

A autora descreve, ou tenta descrever, a Língua Brasileira de Sinais

estabelecendo comparações com outras línguas de sinais e até mesmo com as línguas orais. Podemos dizer que Brito pode ser considerada a precursora na busca por uma gramática da Língua brasileira de sinais.

As autoras Ronice Muller de Quadros e Lodernir Becker Karnopp produziram e publicaram a obra Língua de sinais Brasileira: estudos linguísticos. Elas descrevem e analisam a estrutura da Libras fazendo comparação com a ASL – Língua de sinais americana.

### Imagem 12 – LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA: estudos linguísticos



Fonte: imagem retirada do google. Disponível em: <[https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/245933/mod\\_resource/content/1/TEXTO%20III-%20LSB%20Estudos%20Lingu%C3%ADstica%20QUADROS%2C%20Ronice.pdf](https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/245933/mod_resource/content/1/TEXTO%20III-%20LSB%20Estudos%20Lingu%C3%ADstica%20QUADROS%2C%20Ronice.pdf)>.

Diante dessas obras, observamos o gesto de interpretação das autoras em relação a Libras quando tentam descrevê-la, comparando-a a outras línguas com outras FDs – Formações discursivas, visto que, segundo Orlandi:

A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito, isto é, o discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro (ORLANDI, 2001, p. 421).

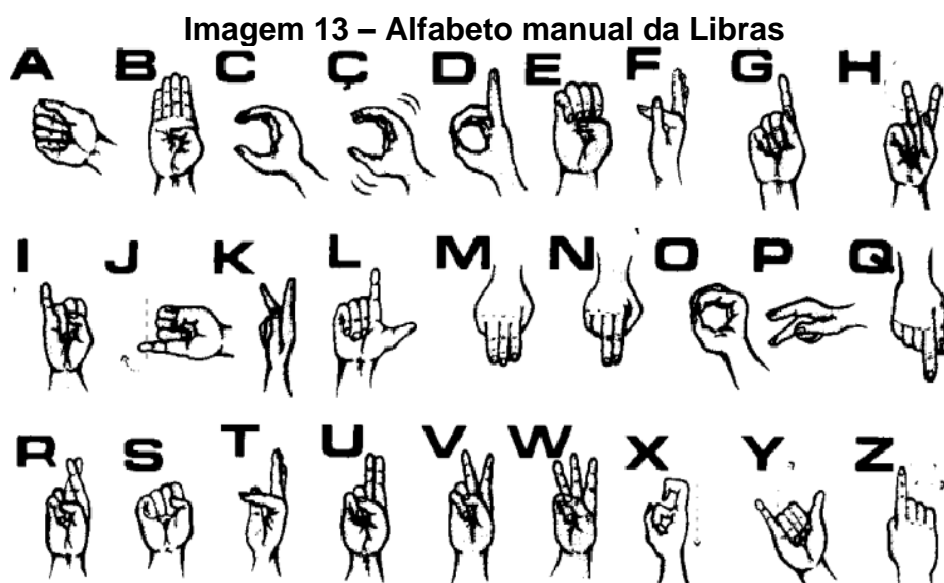
Assim, retomando sobre o gesto de interpretação trazemos o que diz Orlandi (1996, p. 95) estamos “condenados a interpretar”, desse modo, quando há interpretação, há também o gesto de leitura. Assim, a gramatização da Libras ocorre na relação com outras línguas de sinais, principalmente com a língua de sinais francesa, essa relação se deu, sobretudo no século XIX. Posteriormente, no século

XX, a relação se intensificou com ASL -American Sign Language. Esclarecendo que cada uma tem condições de produção diferentes.

Diante disso, podemos ponderar que ocorreu um processo de endogramatização na transferência de tecnologia da língua de sinais francesa, quando E. Huet, surdo francês, fundou o Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, para a Língua brasileira de sinais, bem como uma transferência cultural. Auroux (2014, p. 76) diz:

A origem da gramática latina corresponde a uma endogramatização e a uma endotransferência cultural (a partir do grego). Acontece o mesmo para a gramatização dos vernáculos europeus; mesmo se estrangeiros desempenham às vezes um papel importante, a transferência é sempre endossada pela comunidade nacional (AUROUX, 2014, p. 76).

Destacamos que também ocorre o processo de exotransferência quando nos voltamos para o alfabeto manual, que também faz parte da Libras. Esse processo se inicia quando o monge espanhol Pedro Ponce de Leon, considerado o primeiro professor de surdos do mundo, segundo Strobell (2009), o utiliza. Também o padre espanhol Juan Pablo Bonet na publicação do primeiro livro sobre a educação de surdos no ano de 1620 faz referência ao uso do alfabeto manual (STROBELL, 2009). Nesse sentido, notamos a transferência de tecnologia de uma modalidade oral para uma modalidade sinalizada.



**Fonte:** imagem retirada do google. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/figure/Figura-41-Alfabeto-manual-em-LIBRAS\\_fig1\\_328791099](https://www.researchgate.net/figure/Figura-41-Alfabeto-manual-em-LIBRAS_fig1_328791099)>.

Silva (2012, p. 134) aponta como ocorre esse processo de tecnologia de uma língua para outra:

Por estas análises, procuramos dar visibilidade a esse processo de transferência de tecnologia de uma língua para outra. Consideramos, então, que em relação a esse processo de transferência de tecnologias, a língua de sinais do Brasil se constitui por dois processos, simultaneamente: primeiro, a transferência de tecnologia de uma língua sinalizada para outra da mesma modalidade, ou seja, a representação das letras pelo conjunto de configurações de mão e, segundo a transferência de tecnologia de uma língua de modalidade oral para uma sinalizada, ou seja, a transferência dos caracteres do alfabeto greco-latino para a língua de sinais (SILVA, 2012, p. 134.)

Por fim, segundo Auroux (2014, p. 75-76) o processo da gramatização nunca termina, pois, as línguas evoluem e estão em contínuo processo a partir dos instrumentos linguísticos disponíveis, bem como as transferências de tecnologia de uma língua para outras línguas.

#### 4 A HISTORICIDADE DA EDUCAÇÃO DE SURDOS E SUA RELAÇÃO DE SENTIDOS NA ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DO ENEM

Alguns acontecimentos na educação de Surdos consideramos relevantes para uma possível compreensão de sua historicidade.

Um desses acontecimentos ocorreu quando o filósofo Aristóteles afirmou que a linguagem dava condições que nos tornava humanos, e como, para ele, os surdos não tinham uma linguagem, então, não poderiam ser considerados humanos. Sobre isso Moura (1997, p. 16) diz: “[...] *os surdos não eram seres humanos competentes*”.

A partir dessa afirmação cria-se a figura do surdo não-humano projetando, dessa forma, o imaginário sobre o sujeito surdo e sobre a língua falada por ele. Diz Barbosa (2020, p. 97), sobre a figura não humanizada do surdo:

A posição-sujeito de surdo não humanizado nos chama atenção, e se alia ao movimento da sociedade em buscar figuras ou nomenclaturas para representar esse sujeito. Longe de tentar compreendê-lo, a sociedade impõe sobre ele a taxaço de figura humana inferior, à medida em que o rotula e o estigmatiza (BARBOSA, 2020, p. 97).

Outro acontecimento relevante na formação imaginária sobre o sujeito surdo foi a criação do primeiro Instituto de Educação de Surdos do mundo pelo abade Charles Michel de L'Épée, que ao contrário de Aristóteles, considerava que os surdos tinham uma língua e que não precisavam aprender um idioma oral para desenvolverem uma linguagem.

Entretanto, esse momento promissor ao sujeito surdo é interrompido principalmente por Samuel Heinicke, educador alemão que acreditava ser a língua oral a única ferramenta a ser usada na educação de surdos. Para ele o surdo aprendendo a fala articulada conseguiria uma posição na sociedade não-surda (CHOI *et al*, 2011, p.8). Motivado por essa ideologia ele promove o II Congresso Internacional de Educação de Surdos, na cidade de Milão, na Itália, em 1880. Neste congresso foi decidido que a educação de surdos deveria se dar exclusivamente pela metodologia oral, ou seja, os surdos foram proibidos de usarem a língua de sinais, conforme já dissemos.

Observamos no funcionamento desse discurso sobre a melhor maneira de se educar o sujeito surdo a formação imaginária sobre ele estabelecida a partir de Aristóteles, como também as posições ideológicas determinando a história e

produzindo sentidos. Baseando-se em Orlandi, Barbosa (2020, p. 96) afirma: “o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas”.

No Brasil, o acontecimento fundamental para a educação do surdo brasileiro ocorre com a fundação do Instituto de Surdos-Mudos, na cidade do Rio de Janeiro, em 1857. A condição de produção desse fato se dá através do surdo francês E. Huet que envia um relatório ao imperador Dom Pedro II, sugerindo a criação de uma escola modelo privada, com subvenções nacional e particular, da mesma forma como ocorria na França no Instituto de Surdos-Mudos de Bourges. A preocupação do surdo francês visava atender as necessidades educacionais dos surdos brasileiros com a proposta de uma escola particular, porém, com concessão de bolsas ao mais pobres, subsidiadas pelo império (ROCHA, 2007, p. 99).

Rocha (2007) nos diz ainda que a escola funcionou, a princípio, nas dependências do colégio de M. de Vassimon, no modelo privado. Somente em 26 de setembro de 1857 começou a funcionar em sede própria, conforme a solicitação de Huet, ou seja, com concessões de bolsas aos surdos de menor poder aquisitivo. Atualmente o INES é um instituto federal atendendo desde a pré-escola até o normal superior. Oferece também cursos para a formação na área da surdez para os professores do Brasil inteiro.

Tal qual os demais países o INES adotou o método oral como metodologia para a educação do surdo brasileiro. Desse modo, os surdos impedidos de usarem a língua de sinais e obrigados a oralizarem forjaram estratégias para continuarem sinalizando, mesmo que às escondidas, e à margem do que lhes foram impostos usaram a resistência para lutarem e criaram o movimento Surdo. Décadas de muita luta e resistência possibilitou o encaminhamento da Lei de Libras ao Senado e, através de passeatas e pressões ao governo, a Lei de Libras e o Decreto de Libras foram aprovados, respectivamente, em 2002 e 2005.

Nesse sentido, a Língua Brasileira de Sinais foi institucionalizada produzindo, dessa forma, outros efeitos de sentidos articulados na relação sujeito e história.

Assim, o nosso objeto de pesquisa é o sujeito-aluno-surdo e os modos de individuação pelo Estado no Enem e nosso principal objetivo foi analisar os efeitos de sentidos produzidos por esse exame nacional de avaliação no sujeito Surdo. Discorreremos à luz da Análise de Discurso os conceitos de língua, discurso e ideologia como também articulamos a História das Ideias Linguísticas trazendo o processo de

gramatização das línguas, e, mais especificamente, a Libras.

Por conseguinte, analisaremos os discursos que permeiam as questões do Exame Nacional de Ensino Médio, principalmente direcionado ao sujeito Surdo, a análise se voltará para as suas evidências, seus equívocos, opacidades e efeitos de sentido. Para tanto vamos entender as condições de produção em que foi criado o Enem.

O Exame Nacional de Ensino médio foi criado em 1998 com o objetivo, por parte do governo federal, de avaliar o ensino médio e constatar se os estudantes estavam realmente aprendendo o conteúdo concernente ao ensino médio. A princípio, a participação era voluntária e obteve 157 mil participações. Segundo a definição do Ministério da Educação do que é o Enem:

O Enem é um mecanismo de democratização do acesso às políticas públicas de educação. Com a nota obtida no Enem, o estudante pode tentar uma vaga na educação superior por meio do ProUni, que permite a estudantes brasileiros de baixa renda obter bolsas de estudos integrais e parciais (50% da mensalidade) em instituições particulares de educação superior. O resultado também é requisito para receber o benefício do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), participar do programa Ciência sem Fronteiras e ingressar em vagas gratuitas dos cursos técnicos oferecidos pelo Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec). Estudantes maiores de 18 anos podem também obter a certificação do ensino médio por meio do Enem (BRASIL, MEC, 2015, s/p).

Recortamos o discurso do Governo para analisarmos. Nota-se no funcionamento do discurso o direcionamento e o controle do acesso dos estudantes brasileiros de baixa renda ao ensino superior. De acordo com Leal (2015, p. 26), há vários sentidos para o termo **acesso** nesse discurso do MEC.

[...] o termo acesso, no discurso da Portaria nº 438/1998 inscreve-se em uma formação discursiva que remete a sentidos possíveis: acesso (permitido, controlado) e acesso (restrito, como mecanismo de exclusão). Chamamos a atenção para o sentido de acesso (regulado) em vez de acesso (passagem, livre), pois, trata-se de um Exame que avalia alunos que concorrerão vagas no ensino superior, embora inscrito numa política democrática (Leal, 2015, p. 26).

Nessa acepção, nos chama a atenção quando refletimos sobre o que seja acesso ao sujeito surdo, visto que no decorrer dessa pesquisa nos transpareceu a formação imaginária a seu respeito e em consequência disso também à língua falada

por ele.

A acessibilidade às provas do Enem ao sujeito Surdo é feita pela presença do intérprete de Libras e a dilatação do tempo em 60 minutos para a sua realização.

Segundo o INEP:

Tradutor-intérprete de Libras: profissional com certificação específica, habilitado para mediar a comunicação entre surdos e ouvintes e, no ato da prova, esclarecer dúvidas dos usuários de Libras na leitura de palavras, expressões e orações escritas em língua portuguesa (BRASIL, 2020).

Observa-se nesses trechos a individualização do sujeito Surdo pela língua, ao mesmo tempo que limita o acesso do sujeito Surdo à Língua Portuguesa, mesmo disponibilizando o profissional de tradução e interpretação de Libras, pois apenas algumas dúvidas sobre o seu léxico podem ser esclarecidas. Há neste discurso evidência de que o sujeito Surdo já adquiriu a fluência necessária para a realização desse exame nacional.

Tomaremos alguns pontos que consideramos importantes, como o conceito, à luz da Análise de Discurso, sobre a noção de interpretação, como também as metodologias utilizadas para a tentativa de alfabetizar o sujeito Surdo na língua majoritária do país.

Traremos, primeiramente, a noção de interpretação trazida por Orlandi (1996) que diz não haver sentido sem interpretação, ela está presente em toda e qualquer manifestação da linguagem, como também ser sempre passível de equívoco, seus sentidos não são evidentes, mesmo que pareçam ser, há neles o jogo com a ausência, com os sentidos do não-sentido. Portanto, ao interpretarmos haverá sempre o gesto de interpretação, ou seja, é um ato no nível simbólico, como diz Pêcheux (1969). Orlandi (1996, p. 18) diz:

O gesto de interpretação se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude pela relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é “materializada” pela história (ORLANDI, 1996, p. 18).

Ainda segundo Orlandi (1996, p. 9), “*a interpretação está presente em toda e qualquer manifestação da linguagem. Não há sentido sem interpretação*”. A mesma autora complementa dizendo que não há sentido sem silêncio, ele é sentido contínuo.



O seu funcionamento mostra o movimento do discurso na contradição tanto do sujeito quanto do sentido.

A interpretação é um gesto ocasionado pelo fato do espaço simbólico ser marcado pela incompletude e pela relação com o silêncio. Ela é o lugar próprio da ideologia e é materializada pela história (ORLANDI, 1996, p. 18).

Tomando ainda Orlandi como nosso referencial teórico que nos diz que “*o sujeito se significa*” e que o gesto de interpretação pode ser imperceptível ou não para ele, como também para os seus interlocutores. Diz ainda que o sujeito decide a direção dos sentidos. Dessa maneira, essas noções nos levam a refletir sobre o intérprete de Libras, ou melhor, posição-sujeito-intérprete, especificamente, no Enem.

O intérprete de Libras, supostamente, é o profissional que domina a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa, estabelecendo desse modo, a intermediação entre surdos e não-surdos. É dessa forma que ele é conceituado para a sociedade.

Nossa proposta, entretanto, é nos deslocarmos desse conceito e pensarmos discursivamente sobre a posição-sujeito-intérprete, no nosso caso, do intérprete de Libras.

Para a Análise de discurso o sujeito é sujeito à língua e à história, pois ele se constitui se submetendo a elas. Para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Orlandi (2001, p. 47) nos lembra que:

[...] o sujeito discursivo é pensado como “posição” entre outras. O modo como o sujeito ocupa seu lugar, enquanto posição, não lhe é acessível, ele não tem acesso direto à exterioridade (interdiscurso) que o constitui (ORLANDI, 2001, p. 47).

O intérprete de Língua Brasileira de Sinais sinaliza da Língua Portuguesa para a Libras quando o sujeito não-surdo está falando e da Libras para a Língua Portuguesa quando o sujeito surdo está sinalizando. São línguas e história diferentes produzidas em momentos simultâneos, ou seja, os envolvidos, tanto o sujeito surdo, quanto o sujeito não-surdo formulando discursos em suas respectivas línguas e estes discursos sendo intermediados por um terceiro sujeito na posição de intérprete. A partir dessa posição de intérprete, esse sujeito tem a ilusão de que está dizendo/sinalizando o que o surdo e o não-surdo estão formulando em seus discursos.

O que queremos trazer à tona para refletirmos é que o sujeito-intérprete quando

está nessa posição, a de intérprete, ainda assim, ele traz no momento da sua interpretação a formação discursiva na qual ele está inscrito. Além disso, o gesto de interpretação, na maior parte das vezes é negado pelo sujeito, ele não sabe disto. Então, podemos concluir que, como diz Orlandi (2001, p. 22), que o espaço da interpretação é o espaço do possível, da falha, do efeito metafórico, do equívoco, como também é o espaço da ideologia.

A ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido, ela é também faz parte da constituição do sujeito. É pela interpelação ideológica do indivíduo em sujeito que inaugura-se a discursividade. A memória e o esquecimento é um trabalho ideológico, assim, quando o sujeito-intérprete está na posição de interpretar o sujeito-surdo e o sujeito não-surdo sua memória já foi trabalhada pelo esquecimento, desse modo, ele tem a ilusão que os sentidos do que é dito estão sendo interpretados conforme os sujeitos disseram. Entretanto, não há como controlar os sentidos, pois a linguagem não é transparente e é sujeita à falha, desliza para outros sentidos e outras posições. Orlandi nos confirma essa formulação quando diz que:

[..] É sobre essa memória, de que não detemos controle, que nossos sentidos se constroem, dando-nos a impressão de sabermos do que estamos falando. Como sabemos aí se forma a ilusão de que somos origem do que dizemos (ORLANDI, 2001, p. 52).

Nessa perspectiva, mesmo sabendo que não há como controlar os sentidos se faz necessário compreendermos que o gesto de interpretação é carregado de uma relação da língua sobre a língua, isto é, interpretar é dizer o já dito (o sentido lá). O sujeito quando fala também interpreta, ou seja, ele está inscrito em um saber discursivo.

O que caracteriza a autoria é a produção de um gesto de interpretação. Isso nos leva a pensar na posição-sujeito-intérprete de Libras, pois ele, ao interpretar, produz um gesto de interpretação. Desse modo, ele é afetado pelo que está sendo dito, como também pela relação do sujeito com a língua e com a história.

Em suma, o sujeito ao interpretar já tem sua posição determinada e sob o efeito da ilusão do sentido, como também afetado pelas evidências. A posição-sujeito-intérprete de Libras, como percebemos, no decorrer desse trabalho, necessita de maiores estudos e aprofundamentos, principalmente, para os próprios sujeitos

envolvidos para assim poderem compreender melhor essa posição.

Voltando nosso olhar para o nosso objeto de estudo, isto é, para o ENEM, concluímos que no contexto do sujeito-surdo há um terceiro sujeito presente, na posição-sujeito- intérprete de Libras. Desse modo, ele só tem acesso à Língua Portuguesa escrita através desse sujeito, assim como uma grande parte dos não-surdos não fluentes em Libras, ou seja, eles só sabem o que o sujeito-surdo está sinalizando por meio do intérprete.

Desse modo, compreendemos que o intérprete de Libras no Enem configura, aparentemente, como a figura que possibilitará ao Surdo o acesso aos textos do Enem, é a ilusão de transparência da linguagem, do sentido, porém, isso não ocorre, visto que sua atuação é limitada, é controlada. Assim, novamente trazemos Orlandi (1996) que diz que as instituições regulam os gestos de interpretação, sejam em LP ou em Libras, e dispõem quais condições, como, o que, e quem interpreta.

Outra questão que consideramos importante ressaltar é sobre a alfabetização do sujeito Surdo, pois acreditamos que ela incide no modo de sua individuação pelo Estado no Enem.

Desde os primórdios quando Juan Pablo Bonet, na Espanha do século XVII, e Michel de L'Épée, na França do século XVIII, objetivaram alfabetizar o sujeito Surdo por razões diversas, de acordo com suas épocas, as metodologias criadas eram para tornar o Surdo fluente na língua falada e escrita dos seus respectivos países.

Diversas metodologias foram criadas como a metodologia oralista que visava, fundamentalmente, a fala, sendo expressamente proibido o uso da Língua de sinais, ou seja, essa metodologia tinha a alfabetização de surdos pela via apenas da comunicação e da "normatização", através da língua oral, do indivíduo surdo.

Atualmente, no Brasil, após os fracassos das já citadas metodologias, os estudos apontaram para uma educação bilíngue para os Surdos brasileiros, ou seja, a Libras como a primeira língua, sendo ela a língua de instrução para a alfabetização do sujeito Surdo e a Língua Portuguesa escrita, como segunda língua. Percebe-se na evidência desse discurso, a concepção da língua, apenas enquanto estrutura e isso tanto da Libras quanto da Língua Portuguesa.

Nota-se, no funcionamento dos discursos de cada metodologia, a estabilização dos sentidos, como também a inscrição do Estado, desde a fundação do Instituto Nacional da Educação de Surdos, tomando essa educação como sua responsabilidade. Desse modo, a historicidade da educação dos surdos brasileiros é

atravessada pelo Estado, isto é, o governo funcionando por meio da utilização de seus instrumentos ou, melhor dizendo, Aparelhos Ideológicos do Estado. Barbosa (2020, p. 24) sobre isso diz:

[...] percebemos a utilização de instrumentos – ou Aparelhos Ideológicos do Estado (ALTHUSSER, 1974) – na maneira como o Estado sanciona as leis; como impõe regras a serem seguidas na escola e na sociedade, oferecendo em troca valores sociais, tais como: educação, trabalho, moradia, cidadania etc (BARBOSA, 2020, p. 24).

Vale ressaltar que o uso da Língua brasileira de sinais também foi permitido pelo Estado por meio do sancionamento da Lei de Libras (Lei nº 10.436/2002) e o Decreto 5626/2005 (que entre outras disposições, regulamenta a Lei de Libras) ditam como deverá ser a educação de surdos no Brasil, trazendo para si essa responsabilidade. Observamos isso em seu Art. 11:

Art. 11. O Ministério da Educação promoverá, a partir da publicação deste Decreto, programas específicos para a criação de cursos de graduação:

- I - para formação de professores surdos e ouvintes, para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, que viabilize a educação bilíngüe: Libras - Língua Portuguesa como segunda língua;
- II - de licenciatura em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa, como segunda língua para surdos;
- III - de formação em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa (BRASIL, 2005).

Nesse ponto de vista, a relação da língua com a ideologia e a forma- sujeito-de-direito, isto é, ao mesmo tempo apresentando-o como livre, mas submetendo-o. Sobre isso Orlandi (2001, p. 49) diz:

É preciso acrescentar que a noção de sujeito-de-direito se distingue do indivíduo. O sujeito-de-direito não é uma entidade psicológica, ele é feito de uma estrutura social bem determinado: a sociedade capitalista. Em consequência, há determinação do sujeito, mas há, ao mesmo tempo, processos de individualização do sujeito pelo Estado. [...] o assujeitamento se faz de modo a que o discurso apareça como instrumento (límpido) do pensamento e um reflexo (justo) da realidade (ORLANDI, 2001, p. 49).

Desse modo, o Decreto 5626/2005 especifica o que o Estado toma como adequado e correto para a educação do surdo brasileiro, em consequência disso, de sua alfabetização.

A educação bilíngue é um grande sonho da comunidade surda brasileira, pois, em seu imaginário, assim, poderá concorrer com os não-surdos de forma igualitária, visto que, sendo bilíngue, isto é, sendo fluente na Língua Portuguesa escrita poderá participar de concursos, prescindindo do intérprete de Libras, tendo acesso de forma direta à língua majoritária do país. Porém, na prática, há poucos profissionais com formação específica para atuarem como professores bilíngues nas séries iniciais, como também como professores de Libras no ensino superior, bem como tradutores/intérpretes de Libras fluentes. Os cursos de formação foram disponibilizados tanto nas Universidades Federais quanto particulares, conforme dita a Lei e Decreto, porém, na prática, os acadêmicos, muitas vezes, não conseguem alcançar a fluência necessária que possibilitem êxito na formação dos alunos surdos. Por outro lado, apesar disso, os concursos são realizados, os profissionais, supostamente, estão aptos para exercerem suas formações, mas, na prática, o que acontece é o professor dito bilíngue, porém, não tem a noção que a língua é passível de equívocos. Além disso, professores de Libras que não apresentam uma metodologia, nem didática para o seu ensino. Essas questões são refletidas exatamente quando o sujeito surdo vai participar da prova do Enem, pois são os efeitos de sentidos que permeiam sua formação enquanto sujeito-aluno-surdo.

Amilton Leal (2015) nos traz a reflexão a respeito do processo avaliativo do Enem configurando o Estado como Estado-avaliador, ou seja, a instituição assumindo o papel de legislar e avaliar definindo assim os processos de avaliação, possibilitando (esse é o que o discurso diz) através desse exame o acesso ao ensino superior. Voltando às formulações de Amilton Leal (2015, p. 26) toma a palavra acesso da Portaria 438/1998 discorrendo os seus sentidos possíveis:

[...] acesso (permitido, controlado) e acesso (restrito, como mecanismo de exclusão). Chamamos a atenção para o sentido de acesso (regulado) em vez de acesso (passagem, livre), pois, trata-se de um Exame que avalia alunos que concorrerão vagas no ensino superior, embora inscrito numa política democrática (LEAL, 2015, p. 26).

Refletindo sobre o acesso no que se refere ao sujeito-aluno-surdo, pois, além do sentido observado por Leal (2015, p.26) do acesso regulado há o acesso permitido, controlado, em relação a participação do sujeito Surdo no Enem, como por exemplo a atuação do intérprete de Libras. A esse profissional só é permitido esclarecer dúvidas sobre alguns termos da Língua Portuguesa. Isso desfavorece muito a participação do

Surdo em relação aos não-surdos.

Desde quando o Exame Nacional foi lançado em 1998 o sujeito-aluno-surdo participava como já citado aqui, ou seja, com a presença do intérprete de Libras para, apenas, esclarecer dúvidas sobre o significado de termos da Língua Portuguesa. A realização da prova do Enem realizada dessa forma não atendia às necessidades dos candidatos surdos, por essa razão, eles, por se sentirem prejudicados em realizarem uma prova somente em Língua Portuguesa, passaram a reivindicar que essa prova fosse também aplicada em Libras, assim teriam mais opções e atenderia tanto aos surdos fluentes em Libras quanto aos surdos que se consideravam fluentes na Língua Portuguesa escrita. Considerando e atendendo essas reivindicações o INEP, com o apoio da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como também do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), que as provas fossem produzidas tanto em Língua Portuguesa quanto em Libras (videoprovas).

Desse modo, o Enem de 2017 contou com essa opção de vídeo prova para o sujeito-aluno-surdo. (Brasília, MEC, 2017).

#### Imagem 14 – Print Screen da opção de vídeo prova para o sujeito-aluno-surdo



**Fonte:** Imagem disponível no vídeo em: <<http://enemvideolibras.inep.gov.br>>.

Segundo o INEP, o funcionamento da vídeo prova se apresenta com as questões e as opções de respostas em Língua Brasileira de Sinais por meio de um vídeo, o recurso tem o mesmo número, ordem e valor de questões da prova regular,

além da garantia de qualidade e normas de segurança máxima de todas as provas do Enem. As questões referentes às línguas estrangeiras como o Inglês e o Espanhol não foram traduzidas integralmente para a Língua brasileira de sinais.

Ainda segundo o INEP, o candidato participante recebe um computador portátil para fazer as provas. As orientações, os enunciados das questões e as alternativas de respostas são apresentadas em Libras por meio de vídeos gravados em DVDs. O menu do vídeo é simples, fácil e autoexplicativo. Junto com o Notebook e os DVDs, o participante também recebe o caderno de questões e a folha de redação e cartão-resposta. O participante pode escolher qual área do conhecimento quer fazer primeiro e pode assistir aos vídeos na ordem em que preferir. Além de também ser obrigação do candidato surdo escrever a redação em português.

A prova é aplicada em ambientes especialmente preparados para garantir sigilo, autonomia e segurança. A sala pode ter até 20 participantes usando o recurso, e nela atuam dois intérpretes, três fiscais e um técnico de informática. Os intérpretes fazem a mediação entre ouvintes e usuários de Libras. Esses profissionais não auxiliam os participantes na tradução das questões da prova.

**Imagem 15 – Print Screen da vídeo prova em Libras ENEM 2019**

The image shows a screenshot of the ENEM 2019 video exam interface in Libras. The main content area features a sign language interpreter on the left and a text box on the right with the title "PALAVRAS TÊM PODER". The text box contains the following text:

**PALAVRAS TÊM PODER**

Palavras informam, libertam, destroem preconceitos. Palavras desinformam, aprisionam e criam preconceitos.

Liberdade de expressão. A respeito à sua. A responsabilidade, também.

A liberdade de expressão é uma conquista inquestionável. O que todos precisam saber é que liberdade traz responsabilidades. Publicar informações e mensagens sensacionalistas, espalhar imagens nocivas, desrespeitar os Direitos Humanos e estimular o preconceito e a violência são atos de desrespeito à lei.

Para preservar a liberdade de expressão com responsabilidade, o Ministério Público de Pernambuco se une a vários parceiros nesta ação educativa. Colabore. Caso veja alguma mensagem que desrespeite os seus direitos, denuncie.

0800 201 9455 - Ministério Público de Pernambuco  
Disponível em: <http://palavrastempoder.org>.  
Acesso em: 20 abr. 2015.

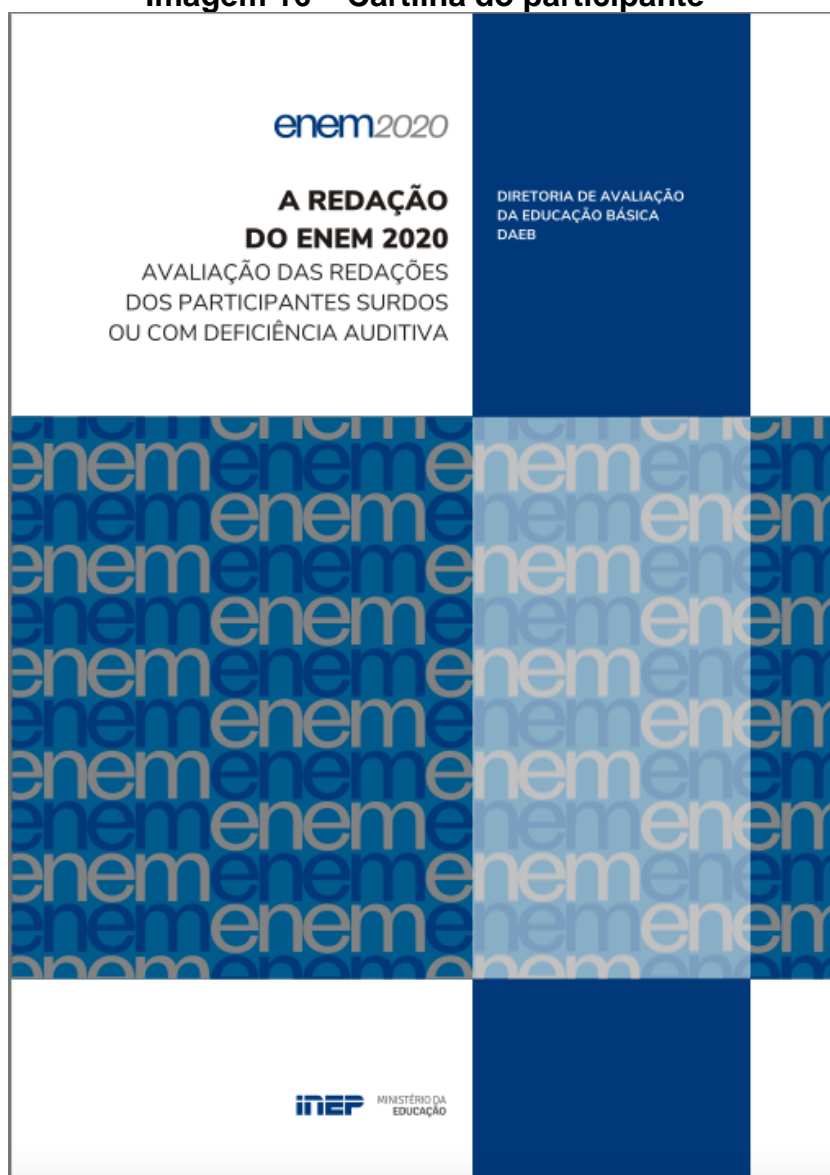
The interface also includes a question list on the right, navigation buttons at the bottom, and a header with the INEP logo and "VIDEOPROVA EM LIBRAS" text.

Fonte: imagem feita do vídeo disponível em: [http://enemvideolibras.inep.gov.br/2019/videoprova.html?prova=p1#questao\\_07](http://enemvideolibras.inep.gov.br/2019/videoprova.html?prova=p1#questao_07).

Nota-se no discurso do INEP, o que já dissemos anteriormente, ou seja, sua posição reguladora e de controle, mesmo, aparentemente, cumprindo o que já foi

estabelecido pelo Decreto 5626/2005 e pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), observa-se o sujeito-aluno-surdo regulado pelo Estado. Dizemos isso porque o INEP fez uma cartilha que normatiza e regula as condições de produção para o sujeito-aluno-surdo utilizar o recurso disponibilizado por eles para contemplar, segundo eles, a acessibilidade e a inclusão, principalmente no que se refere à escrita do sujeito-aluno-Surdo, como também sobre a correção de sua redação.

**Imagem 16 – Cartilha do participante**



**Fonte:** imagem retirada do google. Disponível em: <[https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcTbbTbsmLQIKEcN0pcv1AOU\\_O6QzODKDvOHqnSjSjVjjTSTWOyiqGcFw7snAWb5fJ2GTaw&usqp=CAU](https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcTbbTbsmLQIKEcN0pcv1AOU_O6QzODKDvOHqnSjSjVjjTSTWOyiqGcFw7snAWb5fJ2GTaw&usqp=CAU)>.

Tomamos alguns trechos dessa cartilha do INEP para entendermos as relações



de sentidos de seu discurso.

Primeiramente, é essencial destacar que, após a promulgação do Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005, o qual **legitima a Libras (Língua Brasileira de Sinais) como língua**, a maneira como vem sendo conduzida a educação de surdos no Brasil produziu efeitos importantes em salas de aulas inclusivas, salas de recursos e trabalho de Atendimento Educacional Especializado (AEE), no contraturno. Outra consequência positiva desse Decreto é o número cada vez maior de escolas bilíngues para surdos com professores bilíngues que utilizam metodologias diferenciadas para o ensino de grupo (BRASIL, INEP, 2020, p. 3).

Observamos no trecho destacado a afirmação que o Decreto 5626/2005 legitimou a Libras, entretanto, não é assim que está posto na Lei de Libras 10.436/2002: *“Art. 1º. É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados (BRASIL, 2002)”*.

Prates (2020) traz ao analisar o recorte sobre a Lei de Libras o apagamento dessa língua quando se refere a ela como um meio legal de comunicação e expressão, como também destaca, no mesmo recorte o termo meio, pois, segundo ele, apaga o sentido da Língua brasileira de sinais.

Nos parece que, de certo modo, quando fazemos um paralelo entre o discurso do INEP com o da Lei de Libras, que ocorreu um atravessamento no discurso da Lei de Libras, talvez por tratar-se de dizeres ditos por condições de produção diferentes. Trazendo assim outros efeitos de sentidos. Nesse sentido, observamos o que Pêcheux (1969) diz sobre as condições de produção e do quanto elas têm relação com as forças imaginárias na constituição de um discurso, exercendo relações de forças, poder e sentido.

Outro ponto que nos chama atenção no discurso do INEP é o destaque para escolas bilíngues para Surdos. Os Surdos lutam sim por essa modalidade de ensino, inclusive no dia 25 de maio de 2021 o senado aprovou o projeto de Lei incluindo a educação bilíngue de surdos como uma modalidade de ensino na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, porém, na prática, não ocorre o que está posto no discurso do INEP, isto é, as escolas bilíngues para surdos são criadas, mas não há profissionais fluentes em Libras, a didática ainda é calcada no ensino para os não-surdos e ainda não há uma teoria consistente que fundamente o melhor caminho para alfabetização do sujeito surdo. Concluimos nas reflexões retiradas dessa cartilha

do INEP que este órgão regulador do Estado emitiu esse documento para registrar e estabelecer a imagem de um Estado inclusivo que possibilita a acessibilidade para o sujeito-aluno-surdo. Enquanto que para nós tudo isso é apenas uma ilusão de sentidos mascarando as falhas do Estado na educação dos surdos brasileiros.

Ainda sobre o INEP como órgão regulador do Estado trazemos Leal (2015) dizendo sobre a posição ocupada por essa instituição como lugar da normatividade e da língua institucionalizada. Ele também coloca a Escola como institucionalização da escrita regulada pelo Estado. *“A relação entre Escola-Estado, assim como sujeito-língua dá visibilidade às relações de poder que estão em funcionamento no espaço político, em que o Estado, enquanto regulador-político institui uma política de língua”* (LEAL, 2015, p.38).

Isso posto, refletiremos a respeito desse panorama sobre o sujeito-aluno- surdo cuja língua é a Libras (também regulada pelo Estado), e que, segundo a Lei de Libras, em seu parágrafo único, não poderá substituir a escrita da Língua Portuguesa.

A Análise de discurso concebe como a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, conforme já dissemos. Nesse ponto de vista Pêcheux (1993) diz: “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido”. Nessa direção, nos deparamos com a contradição do discurso do Estado em relação ao sujeito-aluno-surdo, pois ao mesmo tempo que diz legitimar a Libras (sabemos que isso não ocorre porque ele a apaga) a Lei diz que o sujeito-aluno-surdo deverá escrever a língua vigente do país. Assim, temos de um lado a Libras como língua fluida que não se deixa imobilizar nas redes dos sistemas e das fórmulas, e de outro a Língua Portuguesa escrita, como língua imaginária fixada com suas sistematizações. Orlandi (2009). Isto nos leva a pensar sobre os efeitos de sentidos desse confronto de línguas distintas e que são colocadas no mesmo espaço em um Exame Nacional de Avaliação inscrito em uma política que individua o sujeito pelo Estado.

O funcionamento do discurso do Estado se materializa na escola, lugar de institucionalização da escrita (LEAL, 2015). Dentro desse espaço o sujeito-aluno-surdo, lugar onde durante muito tempo teve que se assujeitar à língua, visto que a metodologia vigente para seu ensino foi decidida em um Congresso, em Milão, a sua revelia. Dessa forma, como já foi exposto aqui em capítulos anteriores, os surdos passaram sem sucesso, pela metodologia oralista, comunicação total e, novamente,

em uma decisão institucional, teve que ser incluído com os não-surdos, ou seja, com um ensino voltado para as pessoas ouvintes e não para as suas especificidades de língua, nem de escrita. Assim, a historicidade do sujeito-aluno-surdo na escola foi sendo configurada com apagamentos de sua língua, com um discurso pedagógico que busca, ainda sem saber qual o melhor caminho para alfabetizar o surdo na Língua Portuguesa escrita. Por mais que haja a Lei de Libras e o Decreto, na prática, ainda não há uma direção concreta para isso. Por conseguinte, quando o sujeito-aluno-surdo faz a prova do Enem, mesmo que haja tecnologias como a vídeoprova em Libras, a maioria não consegue alcançar os pontos necessários para o ingresso em uma faculdade porque a prova é composta pela Língua Portuguesa escrita, mesmo sendo traduzida eles não concebem os seus sentidos.

Nessa perspectiva, voltamos nosso olhar para a questão da tradução/interpretação. Orlandi (1996, p. 18) afirma que:

a interpretação é um gesto que dá espaço ao simbólico e é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é materializada pela história, isto é, o sujeito é interpretado pela história, a história sempre terá memória, condição de produção e historicidade; sempre o sujeito é sujeito da história (ORLANDI, 1996, p. 18).

Então, não é simplesmente passar da Língua Portuguesa escrita para a Língua brasileira de sinais, pois, os gestos de interpretação estarão sempre presentes provocando equívocos, evidências e opacidades.

O objetivo do Enem é avaliar justamente a língua escrita dos alunos. Leal (2015, p. 34-35) nos traz uma reflexão importante a respeito disso:

Avaliar as competências do sujeito-aluno na escrita, a partir do Exame Nacional, é uma prática que produz um imaginário de sujeito incapaz para a escrita e que diz respeito, ainda, aos discursos que circulam sobre o sujeito-escolarizado como o lugar autorizado da língua normatizada, que repercute no descompasso entre o imaginário de “real” versus “ideal” da política avaliativa do Exame Nacional. Em outras palavras, observa-se que a avaliação do ENEM produz uma dispersão de sentidos; e uma delas é o efeito de incapacidade do sujeito-aluno (LEAL, 2015, p. 34-35).

Nossa inquietação em relação a essa reflexão trazida por Amilton Leal se expande quando nos voltamos para o sujeito-aluno-surdo, pois, se um dos efeitos

produzidos pelo Enem é a incapacidade do sujeito-aluno (aqui ele está se referindo aos não-surdos) a pergunta que ecoa: e o sujeito-aluno-surdo? Eis a questão...

Desse modo, é interessante trazermos para a nossa reflexão sobre o Sujeito Surdo e o modo de individuação pelo Estado no Enem a concepção da Análise de Discurso sobre o texto e discurso.

O objetivo da Análise de Discurso é descrever o funcionamento do texto, ou seja, o seu funcionamento na produção de sentido. Orlandi (2001, p. 23) alerta para o fato de toda *“descrição estar exposta ao equívoco da língua”* nos traz também a noção de Pêcheux (1988) segundo o/a qual *“todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, de se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”*.

Orlandi (2001, p. 25) diz também que a finalidade do analista de discurso quando está diante do texto é compreender seus processos de significação que trabalham o texto. Mais ainda, determinar que gestos de interpretação trabalham a discursividade distinguindo quais gestos de interpretação fundamentam a produção de sentidos de um texto e como os sentidos e os sujeitos com suas posições se constituem ao mesmo tempo. Assim, é na compreensão do que é texto que podemos entender a relação com o interdiscurso e a relação com os sentidos. Dito de outro modo, a língua e a história estão interligadas pelo efeito ideológico e sua materialidade específica está relacionada ao (inter) discurso. Desse modo, o discurso, segundo Orlandi (1996, p. 40) *“é essa conjugação necessária da língua com a história, produzindo a impressão de realidade”*.

Isso nos conduz a pensar na relação de sentidos do sujeito-aluno-surdo com os textos do Enem visto que há entre ele e os textos, mediadores, seja o intérprete de Libras, seja a prova interpretada da Língua Portuguesa para a Língua brasileira de sinais, na videoprova, ou seja, seu gesto de leitura e interpretação perpassa por outros gestos.

Outro ponto que queremos elucidar é a prova escrita (redação) do Enem, pois essa prova tem um peso maior em relação às questões objetivas<sup>12</sup>.

Orlandi (2006, p. 23) nos diz que

o discurso está para o texto assim como o sujeito está para o autor. Este inscreve sua formulação no interdiscurso, ele historiciza o seu dizer. Porque assume sua posição de autor, ele produz um evento interpretativo (ORLANDI, 2006, p. 23).

A escrita da Análise de Discurso, ainda de acordo com Orlandi (2001) liga o texto ao discurso e este às formações discursivas e estas à ideologia, nessas articulações se estabelecem os sentidos e os sujeitos pela inscrição da língua na história juntamente ao jogo da relação com a exterioridade, ou seja, como memória, como interdiscurso. Entretanto, a escrita proposta pelo Enem, como também nos demais processos seletivos, concebe a escrita de um outro modo, ou seja, para eles a língua é fixada pelas normas, portanto, a escrita também deve seguir esse padrão e é esse domínio que o sujeito-aluno deve materializar em sua redação. Segundo Leal (2015, p. 49):

O Enem, representado pelo INEP, legitima a padronização da língua escrita, a fim de que todos sejam, imaginariamente, enquadrados no sistema do Estado, que representa uma ação reguladora e contribui para a padronização do ensino de língua (LEAL, 2015, p. 49).

Dessa forma, concordamos com a conclusão de Leal (2015, p. 49) sobre o efeito de sentidos na prova escrita do Enem:

Assim, compreendemos que o gesto de interpretação do sujeito-aluno produz um estereótipo do ensino de língua e, ao mesmo tempo, individua a posição-sujeito que não condiz à proposta de redação, conforme impõe o Estado (LEAL, 2015, p. 49).

Em relação ao sujeito-aluno-surdo na prova escrita do Enem o INEP produziu uma cartilha para esclarecer para os sujeitos Surdos e não-surdos sua posição frente a isso:

O universo do surdo, como se vê, não é homogêneo. A pessoa surda nascida dentro de lares ouvintes está cercada pela linguagem oral falada pelos pais, até que sua comunicação seja constituída, também, pela Libras, ao se ter contato com a comunidade surda, e pela língua portuguesa escrita, em geral mais tarde, via escola. Não se deve esquecer que há muitas e diferentes práticas comunicativas com usos de variados recursos linguísticos nas interações sociais de surdos com ouvintes e de surdos com seus pares também surdos. Isso posto, devem ser destacados avanços impulsionados pela Lei nº 10.436 (BRASIL, 2002)<sup>5</sup>, de 22 de abril de 2002, regulamentada pelo Decreto nº 5626, de 22 de dezembro 2005. Essa legislação é oriunda dos movimentos políticos dos surdos em articulação com estudiosos da área, que possibilitaram a inclusão obrigatória da Libras como disciplina em cursos de formação de professores, além da criação de cursos de Letras/Libras em vários polos no Brasil e da implementação

de cursos de pedagogia bilíngue. Tal decreto também delibera sobre a obrigatoriedade da presença de tradutores/intérpretes de Libras nos contextos escolares (principalmente nas escolas inclusivas) e sobre o ensino de língua portuguesa como segunda língua para os surdos. Nesse sentido, em consonância com todas essas adaptações alavancadas pela legislação atual, têm sido criados mecanismos de avaliação coerentes com o aprendizado de segunda língua na correção de provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da língua portuguesa (BRASIL, 2005)

Nota-se no discurso do Enem a escola como espaço de controle, co. Também há na formação discursiva do INEP o imaginário de plenitude, isto é, que o Estado já deu condições legais para que o sujeito Surdo seja fluente tanto na Libras quanto na Língua Portuguesa escrita, entretanto, na prática, isso não ocorre, conforme já discorreremos anteriormente. Há, a posição do Estado conforme o que Leal (2015, p. 48) diz:

A Escola é um espaço de controle, o lugar em que se pratica (ou pelo menos deveria) as normas que o Estado legitima como necessárias que todos saibam. Assim, entendemos que ela é o lugar estratégico, enquanto instituição do Estado, para (re) produzir um tipo específico de cidadão, de sujeito pretendido/projetado (LEAL, 2015, p. 48).

Diante disso, nota-se um apagamento das reais condições de produção que estão sendo realizadas na educação dos surdos brasileiros mediante as Leis criadas pelo Estado. Mesmo que na cartilha do INEP esteja posto que eles reconhecem a singularidade da escrita do surdo, ainda assim há o apagamento e negação da Libras.

Para melhor compreendermos o funcionamento das provas do Enem e os efeitos de sentidos produzidos no sujeito-aluno-surdo, faremos o recorte de algumas redações escritas por eles.

## 5 DISPOSITIVO DE ANÁLISE

As bases da análise é um dos primeiros pontos a considerar, se pensamos, que a primeira etapa da análise já se dá com a constituição do corpus (ORLANDI, 1998). A importância deve ser considerada em relação aos objetivos da análise e à sua temática. Essa exaustividade vertical, em profundidade, leva a consequências teóricas relevantes e não trata os dados como meras ilustrações, trata de fatos da linguagem com sua memória, sua espessura semântica, sua materialidade linguísticos-discursiva (Orlandi, 2015 p. 61). Manifestar como um discurso funciona produzindo efeitos de sentidos que relacionam o corpus e a análise são princípios teóricos da análise de discurso e a sua materialidade.

Entendemos o discurso como fato, dado, exterioridade, que lhe é constitutiva. A análise de discurso trabalha com a materialidade da linguagem, considerando-a em seu duplo aspecto: o linguístico e o histórico, *“O que me permite dizer que o sujeito é um lugar de significação historicamente constituído”* (ORLANDI, 2007, p. 36-37).

No século XIX, a história das ideias linguísticas relaciona a língua como sistema, tal como o espaço, cronologia e evolução, ou seja, **"história"** por relação de causa e efeito com o sistema linguístico e a AD concebe a **"historicidade"** como a relação da materialidade histórica com a relação sujeito/sentido; é temporalidade do texto (ORLANDI, 2001).

Por isso, se faz necessário analisar à luz da AD os efeitos de sentidos produzidos pelo Enem no sujeito Surdo, pois, ainda é através dele que o sujeito Surdo poderá cursar uma faculdade, como também entrar no mercado de trabalho.

Ao tomarmos a proposta de redação do Enem observamos que são colocados textos considerados motivadores, ou seja, no não-dito já diz que basta isso para se escrever um texto. Observamos que através do texto, dito motivador, há uma condução do que o aluno deverá escrever.

Leal (2015) considera este fato como um discurso idealista por parte do Estado representado pelas diretrizes do INEP, materializado no Enem como uma injunção para que o aluno obedeça ao que lhe é imposto, escrevendo de acordo com o modelo de escrita já estabelecido. Para a Análise de Discurso a escrita é um trabalho discursivo, na qual o sujeito inscreve-se na língua para produzir sentidos.

A proposta de redação do Enem é inscrita numa perspectiva de um texto dissertativo-argumentativo, ou seja, o sujeito-aluno deverá defender uma ideia e se

posicionar argumentativamente a respeito de determinado tema. Diante disso, nos voltamos para o sujeito-aluno-surdo e as condições de produção permeadas de contradições de um saber formatado atrelado à língua imaginária com suas regras e conformidades. LeaL (2015, p. 52) nos revela que:

a formação discursiva que sustenta a política avaliativa do Enem diz respeito às competências e habilidades do sujeito-aluno; produto de um saber autorizado, transmitido na/pela escola que, ao escrever a redação, inscreve-se numa formação ideológica do Estado (LEAL, 2015, p. 52).

Assim, compreendemos que mesmo com todos os aparatos ditos como inclusivos e de acesso ao sujeito-aluno-surdo ele já está previamente excluído desse processo de seleção diante dessa política discursiva do Enem.

Por fim, vamos analisar esses efeitos de sentidos nas redações produzidas pelos sujeitos-alunos-surdos. Para a análise do nosso corpus faremos recortes do Enem do ano de 2019. Traremos para a nossa análise, no primeiro momento, os recortes dos textos motivadores propostos pelo Enem como forma de conduzir o aluno a redigir um texto dissertativo-argumentativo. Entendemos que essa condução generaliza as experiências do sujeito-aluno-escritor tomando o texto apenas como um fim para a escrita, ignorando as diferenças que constituem o sujeito, como no caso do sujeito Surdo que concebe suas experiências de modo diferente do sujeito não-surdo. Então, o texto dito motivador desconsidera essas diferenças e aquilo que individua o sujeito. No segundo momento analisaremos as condições de produção, os efeitos de sentido, como também as opacidades, transparências e equívocos das redações escritas pelo sujeito-aluno-surdo.


Deixamos claro que a Análise de Discurso reconhece a impossibilidade de um acesso direto ao sentido e que coloca a interpretação em questão pela Análise de Discurso, isto é, a Análise de Discurso interroga a interpretação (ORLANDI, 2001, p. 21).

Nesse sentido, a Análise de Discurso descreve o funcionamento do texto, ou seja, explicita como um texto produz sentido. Desse modo, analisaremos os textos escritos pelos sujeitos-alunos-surdos tomando os dispositivos de análise como pressupostos para mostrarmos como um discurso funciona produzindo efeitos de sentido.



Tema da redação do Enem 2019: “Democratização do acesso ao cinema no Brasil”.

### Imagem 17 – Tema da redação do Enem 2019: “Democratização do acesso ao cinema no Brasil”



# enem2019

\* S A O 1 7 5 A Z 2 0 \*

---

## INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

1. O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
2. O texto definitivo deve ser escrito à tinta preta, na folha própria, em até 30 linhas.
3. A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para a contagem de linhas.
4. **Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:**
  - 4.1. tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada “texto insuficiente”.
  - 4.2. fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
  - 4.3. apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.
  - 4.4. apresentar nome, assinatura, rubrica ou outras formas de identificação no espaço destinado ao texto.

---

## TEXTOS MOTIVADORES

### TEXTO I

No dia da primeira exibição pública de cinema — 28 de dezembro de 1895, em Paris —, um homem de teatro que trabalhava com mágicas, Georges Méliès, foi falar com Lumière, um dos inventores do cinema; queria adquirir um aparelho, e Lumière desencorajou-o, disse-lhe que o “Cinematógrafo” não tinha o menor futuro como espetáculo, era um instrumento científico para reproduzir o movimento e só poderia servir para pesquisas. Mesmo que o público, no início, se divertisse com ele, seria uma novidade de vida breve, logo cansaria. Lumière enganou-se. Como essa estranha máquina de austeros cientistas virou uma máquina de contar histórias para enormes plateias, de geração em geração, durante já quase um século?

BERNARDET, Jean-Claude. O que é Cinema. In BERNARDET, Jean-Claude; ROSSI, Clóvis. **O que é Jornalismo, O que é Editora, O que é Cinema**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

**Fonte:** imagem feita a partir do caderno de questões, disponível em: <[https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/provas/2019/caderno\\_de\\_questoes\\_1\\_dia\\_caderno\\_1\\_azul\\_aplicacao\\_regular.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/provas/2019/caderno_de_questoes_1_dia_caderno_1_azul_aplicacao_regular.pdf)>.

Diante desse tema nos deparamos com os significantes **acesso** e **cinema**. Compreendemos, de acordo com Orlandi (2001, p. 26) que espera-se do dispositivo teórico a produção de um deslocamento para permitir que o analista trabalhe as fronteiras das diferentes formações discursivas. Orlandi continua dizendo que o analista está sempre afetado pelo jogo da interpretação. Trazemos esse dizer da autora para falarmos sobre o sujeito-aluno-surdo e seu o acesso ao cinema brasileiro, por exemplo. Visto que quando o filme é brasileiro não dispõe de legenda nem, tampouco, da janela de Libras para que o sujeito Surdo tenha acesso e, por essa razão, muitos, podemos dizer, nunca foi ao cinema. Temos noção da nossa posição (enquanto sujeito Surdo) diante desta análise. Orlandi diz (2001, p. 26) que:

Pelo processo de identificação, sabemos que o sujeito se inscreve em uma formação pela qual suas palavras têm um sentido sob um modo que lhe parece como natural, como sendo o sentido-lá, transparente. Ele não reconhece o movimento da interpretação, ao contrário ele se reconhece nele (ele se identifica ao sentido sempre já-lá) (ORLANDI, 2001, p. 26).

Outro ponto crucial, para o sujeito-aluno-surdo, é formular um texto, de forma argumentativa na Língua Portuguesa escrita, pois mesmo os não-surdos encontram dificuldade na prática argumentativa. Leal (2015, p. 53) ilustra muito bem isso quando diz:

compreendemos que a proposta de redação, ao solicitar que os candidatos redijam um texto dissertativo-argumentativo com base na leitura dos textos motivadores e nos conhecimentos adquiridos ao longo da formação escolar, selecionando, organizando, e relacionando, coerentemente, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista, não toma o texto como produto do conhecimento do sujeito-aluno, mas como resultado de uma prática letrada. Nesse sentido, pressupõe-se que para escrever, precisa-se sempre de outros textos (motivadores/suportes), que serão tomados pelo sujeito-escritor e não da leitura como matéria-prima para a produção de texto (LEAL, 2015, p. 53).

Compreendemos que o sujeito-aluno-surdo está longe do imaginário projetado pelo Enem, mesmo o não-surdo não alcança esse padrão de política de língua imposta por este exame nacional.

Vamos refletir sobre mais um texto “motivador” da proposta de redação do Enem.

## Imagem 18 – Texto “motivador” da proposta de redação do ENEM

### TEXTO II

Edgar Morin define o cinema como uma máquina que registra a existência e a restitui como tal, porém levando em consideração o indivíduo, ou seja, o cinema seria um meio de transpor para a tela o universo pessoal, solicitando a participação do espectador.

GUTFREIND, C. F. O filme e a representação do real. *E-Compós*, v. 6, 11, 2006 (adaptado).

### TEXTO III



Disponível em: [www.meioensagem.com](http://www.meioensagem.com). Acesso em: 12 jun. 2019 (adaptado).

### TEXTO IV

O Brasil já teve um parque exibidor vigoroso e descentralizado: quase 3 300 salas em 1975, uma para cada 30 000 habitantes, 80% em cidades do interior. Desde então, o país mudou. Quase 120 milhões de pessoas a mais passaram a viver nas cidades. A urbanização acelerada, a falta de investimentos em infraestrutura urbana, a baixa capitalização das empresas exibidoras, as mudanças tecnológicas, entre outros fatores, alteraram a geografia do cinema. Em 1997, chegamos a pouco mais de 1 000 salas. Com a expansão dos shopping centers, a atividade de exibição se reorganizou. O número de cinemas duplicou, até chegar às atuais 2 200 salas. Esse crescimento, porém, além de insuficiente (o Brasil é apenas o 60º país na relação habitantes por sala), ocorreu de forma concentrada. Foram privilegiadas as áreas de renda mais alta das grandes cidades. Populações inteiras foram excluídas do universo do cinema ou continuam mal atendidas: o Norte e o Nordeste, as periferias urbanas, as cidades pequenas e médias do interior.

Disponível em: <https://cinemapertodevoce.ancine.gov.br>. Acesso em: 13 jun. 2019 (fragmento).

### PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “Democratização do acesso ao cinema no Brasil”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

LC - 1º dia | Caderno 1 - AZUL - Página 20

**Fonte:** imagem feita a partir do caderno de questões disponível em: <[https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/provas/2019/caderno\\_de\\_questoes\\_1\\_dia\\_caderno\\_1\\_azul\\_aplicacao\\_regular.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/provas/2019/caderno_de_questoes_1_dia_caderno_1_azul_aplicacao_regular.pdf)>.

Esse segundo texto, com intenção de motivar o sujeito-aluno a escrever de acordo com o que os formuladores da prova do Enem concebem como forma correta e ideal de se escrever um texto, na verdade, são textos sobre o mesmo assunto: cinema. Isto nos leva a refletir sobre o que diz Leal (2015, p. 51): “o conjunto de textos motivadores faz circular questões de ordem social, política e/ou cultural, o que configura um atravessamento de diferentes formações discursivas, ideológicas e imaginárias”.

Assim, a reflexão que fazemos a respeito do sujeito-aluno-surdo continua sendo a que já fizemos no primeiro texto motivador, isto é, a de que o sujeito-aluno-surdo já está completamente excluído, de acordo com o imaginário projetado pelo Enem. Visto que a proposta de redação tem sempre como finalidade induzir o aluno (Surdos e não-surdos), a buscar uma solução para um determinado problema, pela escrita.

A escrita da Língua Portuguesa para o sujeito-aluno-surdo é ensinada como segunda língua, em condições de produção, muitas vezes, adversas para o seu ensino e aprendizagem. Nesse sentido, o sujeito Surdo tem que escrever na língua do não-surdo para expressar a sua diferença. Tal qual o índio faz, como diz Orlandi (1990, p. 221) “O índio tem de usar a língua do branco para expressar a sua diferença”.

Desse modo, o sujeito-aluno-surdo já é previamente excluído diante da formação discursiva determinada pelo Enem. Concordamos com o que diz Leal (2015, p. 52): “A formação discursiva no Exame Nacional enquadra o sujeito-aluno às relações institucionais do Estado. Um dizer limitado, que regula o sujeito a posicionar-se conforme o que lhe é autorizado via formulação da proposta de redação”.

A Análise de discurso concebe o sujeito-leitor na relação com a textualidade. Orlandi (2001, p. 62) diz que “a relação dos sujeitos com os textos e com o fato de que há uma história de leituras que afeta o texto”.

Diante disso, refletimos novamente nas condições de produção da educação de surdos, isto é, durante toda a trajetória escolar do sujeito-aluno-surdo, ou seja, ele sempre é mediado ou pelo intérprete de Libras ou pelo professor bilíngue, ou seja, a Língua Portuguesa é sempre permeada de gestos de interpretação e de leitura, isto é, a forma de inscrição da língua de sinais (Libras) e do sujeito surdo na história é outra, distinta da LP e do sujeito não-surdo. Portanto, os textos motivadores do Enem funcionam como um modelo de escrita para o sujeito-aluno e “ditam”, de certo modo, como o Estado idealizou a forma como o aluno deverá escrever.

Fizemos o recorte de dois textos do Enem, do ano de 2019, escritos por sujeitos-alunos-surdos para analisarmos sua produção escrita.

#### RECORTE I:

1	Na Brasil pobre TV não tem a família passado porque casa difícil ver dinheiro
2	entre coisas tem pai, mãe e filhos casa não tem filme, TV velha difícil é problema ruim
3	não tem tecnologico ver novo particitar sempre ser novo loja como novo TV. varia
4	mudança tecnológico porque novo quer deixe pobre casa e Brasil avisou susto novo que
5	como dar acontecer pessoas muito tecnologico coisas quer todo tem vamos família
6	aparecer Brasil mundo pessoa população acesso cinema coisas é gosto também TV,
7	filmes muda outra varias tilespecladores muitos grupos mais semana ser menos chamar
8	amigos, família chegar ver susto feliz gosto país, [...]

**Fonte:** imagem feita a partir da cartilha “A redação no Enem 2020: avaliação das redações dos participantes surdos ou com deficiência auditiva”. BRASIL, INEP.

Observamos que o sujeito-surdo-escritor desse texto configurou as condições

de produção de sua realidade social materializada em seu discurso. Entretanto, mesmo que na cartilha do INEP diga que na correção da redação do sujeito- aluno-surdo será considerada a sua singularidade linguística e valorizado o aspecto semântico do texto, provavelmente esse sujeito-aluno-surdo será descartado da concorrência para uma vaga nas Universidade, pois a política de avaliação do Enem propõe a uniformidade da escrita da redação. Destacamos que o decreto 5.626/2005 prevê correção da redação considerando os aspectos semânticos. Todavia, nas provas do Enem está dito que é *para escrever um texto dissertativo-argumentativo, na norma culta da língua, que apresente coesão e coerência e que respeite os direitos humanos*.

Vale ressaltar que esse sujeito-aluno-surdo já cursou o Ensino Médio. Diante disso, nos perguntamos: quais as condições de produção desse ensino? Qual sua prática de leitura enquanto sujeito-leitor? Qual seu gesto de interpretação diante do tema da redação, visto que ele se distanciou da proposta argumentativa?

Ele nos dá pistas de que o seu gesto de interpretação está de acordo com as formações discursivas em que ele está inscrito, dadas as circunstâncias de ensino e de aprendizagem que permearam a historicidade dos sujeitos Surdos ao longo do tempo até a atualidade.

Outro texto, ainda do mesmo tema.

## RECORTE II:

1	<i>É muito tempo não tenho nada televisão só simples televisão tem cor diferente</i>
2	<i>preto e branco. [...]</i>
3	<i>Também tem um pouco comer pipoca lá perto shopping cinema.</i>
4	<i>Continua tentar fazer um novo cinema ficou bom.</i>
5	<i>Também começou pessoa vai gosta vai sim.</i>
6	<i>Também antigo não tinha nada televisão cinema.</i>
7	<i>As pessoas também queríamos ver no futuro um novo cinema.</i>
8	<i>Precisamos continuar fazer arrumar por que ficou bom cinema. [...]</i>

**Fonte:** imagem feita a partir da cartilha “A redação no Enem 2020: avaliação das redações dos participantes surdos ou com deficiência auditiva”. BRASIL, INEP.

Diante do texto desse sujeito-escritor-surdo observa-se que ele pelo menos vai ao cinema, e, em sua filiação, sobre esta arte, dá pistas de sua condição de produção social diferente do sujeito-escritor-surdo do texto anterior. Mesmo assim, não atende

as condições de produção de texto definidas pelo ENEM.

Vale ressaltar que esse sujeito-aluno-surdo já cursou o Ensino Médio. Nesse sentido, nos perguntamos: quais as condições de produção desse ensino? Qual sua prática de leitura enquanto sujeito-leitor? Qual seu gesto de interpretação diante do tema da redação, visto que ele se distanciou da proposta argumentativa?

Há pistas de que ele teve o gesto de interpretação de acordo com as formações discursivas em que ele está inscrito, porém distanciada, dadas as circunstâncias de ensino e de aprendizagem que permearam a historicidade dos sujeitos Surdos ao longo do tempo até a atualidade.

Fizemos o recorte de dois textos de sujeitos-alunos-surdos, que concluíram o Ensino Médio. Um exame que tem critérios marcados pela ideologia e formações discursivas do Estado, cujo modelo é pautado sobre os domínios da norma culta da Língua Portuguesa. Outro ponto fundamental desse exame nacional é a exigência de um texto dissertativo-argumentativo, como também o domínio das regras gramaticais e dos mecanismos linguísticos. Além disso, deverá ser feita uma proposta de intervenção relacionada ao tema.

Desse modo, compreendemos que para escrever o texto o candidato deve se pautar nos critérios formulados por aqueles que idealizaram esse exame de avaliação nacional, ou seja, o produto (a redação) “precisa” ser quantificada a partir de certos critérios. Um modo de administração dos sujeitos. Leal (2015, p. 72) diz: *O Exame Nacional legitima um saber sobre a língua institucionalizada pelo Estado; o que nos faz pensar, entre outras coisas, que projeta-se, também, um imaginário de língua una.*

Dessa maneira, entendemos que em razão das concepções de língua e escrita trabalhadas na escola ocasionam essa dificuldade tanto do sujeito-surdo quanto do sujeito-não-surdo. O Enem concebe a língua como se tivesse a completude e que tudo pode ser dito. Entretanto, a Análise de Discurso diz o contrário, isto é, a língua(gem) abre-se para a incompletude porque tudo não pode ser dito. É na escrita – o discurso – o espaço para os efeitos de sentidos e é o furo, a falha e o deslize na língua são, portanto, lugares em que podemos observar a heterogeneidade na escrita (LEAL, 2015).



## 6 OS MODOS DE INDIVIDUAÇÃO DO SUJEITO-ALUNO-SURDO PELO ESTADO NO ENEM

No presente capítulo, nos debruçaremos sobre os modos de individuação do sujeito-aluno-surdo pelo Estado no Enem.

Rodriguez nos traz o que diz Althusser: “*a ideologia interpela os indivíduos em sujeito*” (ALTHUSSER, 1975, *apud* RODRIGUEZ, 2000, p. 196). Sendo assim, é no funcionamento do discurso que os sujeitos se constituem, assim como os sentidos. Ainda, segundo Rodriguez, as formas determinadas por circunstâncias sócio-históricas particulares estruturam a subjetividade. Neste aspecto, a forma de existência dos sujeitos nas sociedades ocidentais contemporâneas, definida pelo Estado, é a do sujeito de direito e a do sujeito jurídico.

O sujeito de direito é definido através das Leis, enquanto o sujeito jurídico é definido pela sua sujeição ao Estado e ele funciona na ambigüidade, isto é, na tensão entre ser um sujeito livre concomitante em ser sujeito ao Estado, ou seja, às Leis. Haroche (1992, p. 178) citada por Rodriguez (2000, p. 198) diz:

O assujeitamento, diz Haroche, ligado à ambigüidade do termo sujeito (este significava tanto livre, responsável, quanto passivo e submisso), exprime bem esta 'ficção' de liberdade e vontade do sujeito: o indivíduo é determinado, mas, para agir, ele deve ter a ilusão de ser livre mesmo quando se submete (HAROCHE, 1992, p. 178, *apud* RODRIGUEZ, 2000, p. 198).

Desse modo, Rodriguez afirma que o sujeito está constituído pelo apagamento e por meio dele se representa como origem, causa de si e fonte de suas palavras e é pelo funcionamento do discurso que esse processo se opera.

Rodriguez (2000, p. 198) pontua que: “*os indivíduos nas sociedades nacionais contemporâneas são interpelados para assujeitar-se ao Estado através do discurso, sob a forma de sujeitos jurídicos autônomos*”.

Assim, refletimos no primeiro movimento, trazido por Rodriguez o que diz Althusser, ou seja, “o indivíduo interpelado em sujeito pela ideologia”. Entretanto, se faz necessário, a partir desse indivíduo, já interpelado pela ideologia, trazermos a noção de individuação conforme o desdobramento feito por Orlandi para compreendermos o funcionamento do discurso feito pelo Estado brasileiro no Exame Nacional do Ensino Médio – Enem para o sujeito-aluno- surdo.

Desse modo, Orlandi (2011, p. 22), nos traz, no segundo movimento, o que ela chama de processo de individuação:

usamos a palavra “individuação” que remete necessariamente ao fato de que se trata de um sujeito individuado, ou seja, a forma sujeito histórica, no nosso caso capitalista, passando pelo processo de articulação simbólico-política do Estado, pelas instituições e discursos, resultando em um indivíduo que, pelo processo de identificação face às formações discursivas, identifica-se em uma (ou mais) posição-sujeito na sociedade (ORLANDI, 2011, p. 22).

Dessa forma, prosseguindo em nossa reflexão, Orlandi (2011, p. 22) nos traz o modo de individuação do sujeito, isto é, a forma sujeito histórica, como também nos conduz a pensar sobre a noção de sujeito individuado como uma relação política: [...]” *A noção de sujeito individuado não é psicológica mas política, ou seja, a relação indivíduo-sociedade é uma relação política*”.

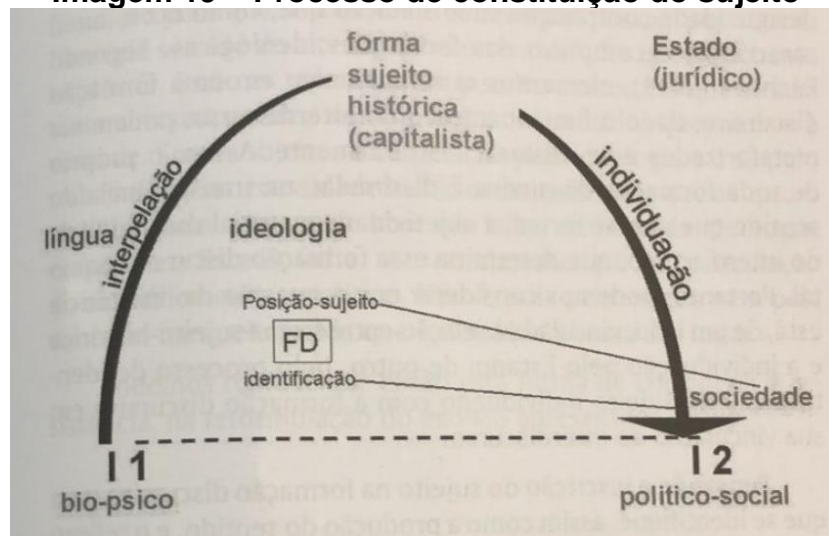
Outro ponto importante a ser destacado é que essa forma-sujeito-histórica é a forma do sujeito capitalista (ouvinte), sustentada no jurídico, ou seja, nos direitos e deveres, assim, com essa forma constituída se configura assim os modos de indivíduo (aluz) ação do sujeito pelo Estado (instituições e discursos), conforme Orlandi (2012, p. 228).

A posição-sujeito na sociedade ocorre quando o indivíduo estabelece uma relação de identificação com diferentes formações discursivas estabelecidas pelas instituições e suas discursividades, desse modo se estabelece os modos de individuação pelo Estado ou pela falha do Estado, pela articulação simbólico-política através das instituições e discursos. A partir disso é que se estabelece sua inscrição em uma formação discursiva e sua posição-sujeito, como também se inscreve sua formação social. No nosso caso, os indivíduos surdos quando inscritos na formação discursiva do Enem, são individuados pelo Estado e estão na posição sujeito-aluno-surdo. Isto se constitui a partir do modo como o sujeito é individuado pelo Estado e identifica-se. Esse processo acontecesse no imaginário do mundo capitalista.

Orlandi esboçou por meio de um esquema como ocorre esse processo de constituição do sujeito em seus diferentes momentos.



**Imagem 19 – Processo de constituição do sujeito**



Fonte: ORLANDI, E. P. Discurso em Análise: sujeito, sentido e ideologia. 2012.

Orlandi (2012, p. 229) diz que o Estado falha em sua função de articulador simbólico e político, ela afirma que o Estado funciona pela falha e que essa falha é necessária para o funcionamento do sistema. Concordamos com o que Orlandi afirma, pois assim como o sujeito analisado por ela nos textos sobre delinquência se individua pela falta e falha do Estado, o mesmo ocorre com o sujeito surdo enquanto sujeito-aluno-surdo do ENEM. Entretanto, a autora nos traz uma possibilidade de ruptura, exatamente pela falha. É nela que o sujeito pode buscar outros sentidos e trabalhar a resistência e para melhor configurar o que está sendo dito, Orlandi reformulou o esboço (acima) que produziu para configurar o sujeito individuado pelo Estado.

**Imagem 20 – O sujeito individuado pelo Estado**



Fonte: ORLANDI, E. P. Discurso em Análise: sujeito, sentido e ideologia. 2012.

Podemos observar, pelo esboço, que a resistência pode ser pensada, segundo Orlandi, pelo simbólico, o ideológico e o histórico. Nesse sentido, a forma sujeito-histórica não desliga o histórico do simbólico em sua constituição.

O sujeito como origem e dono de si faz parte da ideologia no capitalismo e isso traz a ilusão da transparência do sujeito para si mesmo. Na individuação pelo Estado se afasta da ideia de um sujeito origem de si, como também da catecterização da relação sujeito (indivíduo) sociedade pelas categorizações empíricas de idade, escolaridade, “gênero”, cor etc. Desse modo, a relação do sujeito individuado com o processo de identificação, bem como pela inscrição em sua formação discursiva em que, pelo imaginário, resulta a posição sujeito e sua práxis na formação social, Orlandi (2012).

As reflexões de Rodriguez e de Orlandi são importantes para compreendermos o funcionamento do discurso feito pelo Estado, principalmente no que diz respeito ao sujeito Surdo, especialmente, no Enem, objeto de nosso trabalho.

Observamos os modos de individuação pelo Estado no Enem, em relação ao sujeito-aluno-surdo, quando ele começou a ser aplicado, em 1998. Suas condições de produção, na condução e execução da prova, em relação ao sujeito-aluno-surdo, já trazia um discurso de exclusão, pois, mesmo com a presença do intérprete de Libras, o acesso à prova lhe era restrito porque não era permitido a interpretação íntegra da prova, cabia ao intérprete apenas elucidar algumas dúvidas do léxico da Língua Portuguesa. Percebe-se, nessa concepção, o funcionamento de poder do Estado em uma posição de controle, regulando e restringindo o acesso à prova ao sujeito-aluno-surdo. Leal (2015, p. 43) nos diz que:

Para Foucault (1975), a avaliação é o lugar de controle político, que se constitui como um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Este é o lugar em que se observa o funcionamento das formas de poder do Estado. A esse respeito, Orlandi (2007c) afirma que a implementação das políticas públicas obedece à ação do Estado-regulador, que visa disciplinar, pôr ordem, regular. Portanto, é responsável pelo processo de individuação dos sujeitos (LEAL, 2015, p. 43).

Nota-se que mesmo o INEP tendo atendido a reivindicação dos sujeitos-surdos para incluir a prova também em Libras, a posição controladora do Estado continuou a mesma, pois a prova em Libras, aparentemente possibilitando o acesso e “garantindo” igualdade de condições, apaga a maneira como o sujeito-aluno-surdo é alfabetizado

em Língua Portuguesa e como os profissionais da área da educação de surdos são “capacitados”. Desse modo, parafraseando Leal (2015), o Estado exclui as diferenças que individualizam os sujeitos-alunos-surdos apagando suas distintas condições sócio-histórica, política e ideológica.

Tomamos, nesse aspecto, o que Orlandi (2012) nos diz sobre humilhação. Primeiramente, a autora desloca o sentido de humilhação enquanto sentimento e atitude para o que ela considera uma prática social. Na perspectiva de Orlandi, com a qual concordamos, a humilhação é um discurso que se confrontam o simbólico e o político. Orlandi (2012, p. 219) traz também Y. Déloye e Cl. Haroche (2006) que dizem que:

A humilhação está no coração das sensibilidades e do político toca o sujeito em profundidade: em seu ser, sua identidade, em seu próprio sentimento de existência. Eu diria na constituição do sujeito e no seu modo de individua(liz)ação (DÉLOYE e HAROCHE *apud* ORLANDI, 2012, p. 219).

Por fim, quando refletimos sobre o sujeito-aluno-surdo e os modos de individuação pelo Estado no Enem consideramos que esse exame de avaliação enseja o acesso de alguns e promove inúmeras exclusões, como por exemplo, o sujeito-aluno-surdo, pois desconsidera as condições de produção em que o sujeito-aluno-surdo está inserido. Desse modo, este gesto ignora, desconsidera, apaga e exclui esse sujeito, pois o discurso do Enem/INEP é fundamentado no imaginário.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto de nossa pesquisa foi o sujeito-aluno-surdo e os modos de individuação pelo Estado no Enem e nosso principal objetivo foi analisar os efeitos de sentidos produzidos por esse exame nacional de avaliação no sujeito Surdo. Tomamos a perspectiva teórica da Análise de Discurso fundada nos trabalhos de Michel Pêcheux, na França, e Eni Orlandi, no Brasil. Em razão dos pontos de contato e articulação com a AD tomaremos também a História das Ideias Linguísticas – HIL, de Sylvain Auroux, Eni Orlandi e equipe, para compreendermos o processo de gramatização da Língua brasileira de sinais – Libras, como também para refletirmos sobre o trabalho do intérprete de Libras e efeitos de sentidos produzidos na aplicação da prova do Enem para o sujeito-aluno-surdo, principalmente na escrita da redação.

Iniciamos nossa pesquisa refletindo sobre o significante Enem destacando que o significante, para a Análise de Discurso, é constituído pela ausência de significado, isto é, não há relação entre eles, o que há é a evidência produzida pela ideologia.

Na formulação e produção da nossa pesquisa nos encaminhamos para a investigação dos modos de individuação do sujeito surdo na formulação da prova do Enem e como eles impactam nos resultados obtidos. Observamos que o Estado individua o sujeito-aluno-surdo pela língua e apaga as condições de produção na qual ele está inserido, como a escola, local regulador do ensino da Língua Portuguesa e da Libras. Esses efeitos de sentidos impactam consideravelmente nos resultados obtidos pelos sujeitos-alunos-surdos, pois dificultam e até mesmo impossibilitam o acesso à vaga na Universidade.

Outro modo pelo qual o Estado individua o sujeito-aluno-surdo acontece quando a língua escrita é posta como parâmetro de igualdade entre línguas tão distintas como a Língua Portuguesa e a Língua brasileira de sinais. O discurso do Estado é pautado no controle restringindo o acesso do sujeito-aluno-surdo pelas relações de poder quando instituiu a Lei de Libras, definindo a Língua brasileira de sinais não como Língua, mas como meio legal de comunicação e expressão dos sujeitos surdos. Nesse sentido, o saber linguístico da Libras é apagado em sua historicidade. Nota-se, assim, no discurso INEP/Enem, uma projeção imaginária de aluno ideal, tanto de alunos não-surdos quanto de sujeitos-alunos-surdos. Segundo Leal (2015) “há um embate entre o imaginário versus o real”. Essa projeção afeta na elaboração e aplicação desse exame de avaliação, principalmente, no sujeito-aluno-

surdo, pois o Enem exige, no que se refere à escrita da redação, um texto dissertativo-argumentativo, fundamentado nesse imaginário de aluno idealizado. Embora o INEP tenha elaborado uma cartilha explicitando a forma como a redação formulada pelo sujeito-aluno-surdo será corrigida, ainda assim, está escrito no caderno de prova de todos os candidatos que concorrem a uma vaga na Universidade que o texto da redação deverá ser escrito na norma culta da Língua Portuguesa, excluindo, dessa forma, muitos alunos surdos quanto não-surdos, pois não se enquadram no imaginário da política linguística de escrita idealizada pelo INEP e aplicada no Enem. Concordamos com Leal (2015) quando diz que há uma política linguística que nomeia certo modo de escrever, inscrevendo o sujeito numa política meritocrática, pressupondo que para escrever para a universidade passa por determinadas competências avaliativas.

No decorrer da nossa dissertação nos deparamos com a reflexão de Leal (2015) sobre os efeitos produzidos pelo discurso do Enem, ou seja, a incapacidade do sujeito-aluno (os não-surdos), esta reflexão nos provocou um questionamento no que diz respeito ao sujeito-aluno-surdo, ou seja, como ele fica diante desse efeito produzido pelo discurso do Enem?

Esse questionamento nos levou a pensar, pois na aplicação da prova o sujeito surdo é mediado pelo intérprete de Libras, sendo que essa mediação é limitada, controlada e imposta pelo INEP. Este órgão regulador do Estado impõe que apenas o significado das palavras da Língua Portuguesa seja interpretado, limitando assim o acesso do sujeito-aluno-surdo aos sentidos da Língua majoritária contida na prova.

Diante disso, fizemos o recorte dos textos “motivadores” da prova do Enem do ano 2019, como também a análise de dois textos escritos pelos sujeitos-alunos-surdos. Em nossa análise nota-se que o Enem é pautado pela formação discursiva do Estado e pela ideologia de uma escrita homogeneizada, desconsiderando o deslize, os efeitos de sentidos, as condições de produção, excluindo, dessa maneira, não tão somente o sujeito-aluno-surdo como também, de outro modo, o não-surdo.

Outro ponto que refletimos em relação ao nosso objeto de pesquisa nos modos como o Estado individua o sujeito-aluno-surdo, como também o não surdo, é a humilhação, que aliás, Orlandi deslocou o seu sentido enquanto sentimento e atitude, para uma prática social, um discurso. Discurso esse muito presente na instituição INEP/Enem que formulam e produzem esse exame de avaliação para que os sujeitos surdos e não-surdos possam cursar o nível superior de ensino.

No decorrer desse trabalho surgiram muitos questionamentos, no que se refere ao sujeito-aluno-surdo, que ficaram em aberto para reflexões e pesquisas posteriores, principalmente, nas diferentes condições de produção dos sujeitos-aluno-surdos e seus efeitos de sentidos provocados pelos processos de sua escolarização quando eles enfrentam um exame nacional de avaliação como o Enem para poderem ter acesso à Universidade e em consequência disso ao mercado de trabalho.

Por fim, trazemos o pensamento de Orlandi (2001, p. 33):

Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós. Isso não significa que não haja singularidade na maneira como a língua e a história nos afetam. Mas não somos o início delas. Elas se realizam em nós em sua materialidade. Essa é uma determinação necessária para que haja sujeitos e sentidos (ORLANDI, 2001, p. 33).

Desse modo, pontuamos que essa pesquisa não finaliza nesse trabalho, pois ainda há muitas reflexões e questionamentos para serem analisados no que diz respeito a política linguística na educação de Surdos no Brasil. Sendo o Enem a forma pela qual o sujeito Surdo tem acesso ao nível superior, se faz necessário uma reflexão sobre como e de que forma o sujeito Surdo é alfabetizado, como também os profissionais da educação recebem suas formações para trabalharem as especificidades linguísticas desse sujeito-aluno-surdo. Escolhemos o Enem como nosso objeto de pesquisa para trazeremos à tona a contradição do discurso do Estado em relação ao sujeito Surdo, pois ao mesmo tempo que legitima a Libras através da Lei de Libras, a mesma Lei impõe ao Sujeito Surdo a Língua Portuguesa escrita e o individua quando exclui sua diferença.

Por fim, temos de um lado a Libras como língua fluida nas redes dos sistemas e das fórmulas e de outro a Língua Portuguesa escrita como imaginária fixada com suas sistematizações. Orlandi (2009). Isto nos leva a pensar sobre os efeitos de sentidos de línguas distintas colocadas no mesmo espaço em um Exame Nacional de Avaliação inscrito em uma política que individua o sujeito pelo Estado.

## REFERÊNCIAS

AUROUX, Sylvian. *A revolução tecnologia da gramatização* / Sylvian Auroux; tradução: Eni Puccinelli Orlandi. – 3º ed. – Campinas, SP: editora da Unicamp, 2014.

BARBOSA, Priscila Costa Lemos. *Análise de Discurso sobre Educação de Surdos no Século XIX: um gesto de leitura*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

BARRETO, Madson. *Escrita de Sinais sem mistérios* / Madson Barreto, Raquel Barreto. 2. Ed. rev. Atual. E ampl. - Salvador, v. 1: Libras Escrita, 2015.

BERMÚDEZ, Ana Carla; MARTINS, Leonardo. *Surdos celebram videoprova do Enem em Libras e redação: “um grito de socorro”*. In.: UOL, Educação Vestibular, 2017. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2017/11/08/o-tema-da-redacao-do-enem-foi-um-grito-de-socorro-diz-participante-surdo.htm?cmpid=copiaecola>>.

BRASIL. *Decreto N.º 3.298*, de 1999. Regulamente a Lei N.º 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a intervenção da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/decreto3298.pdf>>.

BRASIL. *Decreto nº 5.626*, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: Acesso em: 18 de agosto de 2020

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *A redação no Enem 2020: avaliação das redações dos participantes surdos ou com deficiência auditiva*. Brasília, DF: INEP, 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *A redação no Enem 2020: avaliação das redações dos participantes surdos ou com deficiência auditiva*. Brasília, DF: INEP, 2020. Disponível em: <[https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes\\_e\\_exames\\_da\\_educacao\\_basica/a\\_redacao\\_do\\_enem\\_2020\\_-\\_avaliacao\\_das\\_redacoes\\_dos\\_participantes\\_surdos\\_ou\\_com\\_deficiencia\\_auditiva.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/a_redacao_do_enem_2020_-_avaliacao_das_redacoes_dos_participantes_surdos_ou_com_deficiencia_auditiva.pdf)>.

BRASIL. *Lei N.º 13.146*, de 2015. Institui a Lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm)>.

BRASIL. *Lei nº 10.436*, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 abr. 2002. Disponível em: Acesso em: 18 agosto de 2020.

BRASIL. MEC. *Exame evolui desde a criação, há 17 anos, e amplia oportunidades na educação superior*. 2015. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/30781-exame-evolui-desde-a-criacao-ha-17-anos-e-amplia-oportunidades-na-educacao-superior>>.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Aviso circular nº 277/MEC/GM*. Brasília,

1996. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/aviso\\_circular277.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/aviso_circular277.pdf)>.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria N.º 3.284*, de 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria3284.pdf>>.

CAMPELLO, A. R.; REZENDE, P. L. F. *Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história do movimento surdo brasileiro*. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, p. 71-92. Editora UFPR.

CAPOVILLA, Fernando César. *Filosofias educacionais em relação ao surdo: Do oralismo à comunicação total ao bilinguismo*. Revista Brasileira de Educação Especial. v. 6, n. 1, p. 99-116, 2000.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. *Dicionário enciclopédico trilíngue: língua de sinais brasileira*. São Paulo: EDUSP, 2001. 2v. Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: A Libras em suas mãos / Fernando César Capovilla, Walkiria Durante Raphael, Janice Goncalves Temoteo, Antonielle Cantarelli Martins. – 1. Ed, 2 reimpr. – Sao Paulo: Editora da Universidade de Sao Paulo, 2019. 1024 p.

FELIPE, T. A. *Libras em Contexto: curso básico*. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Ministério da Educação – MEC; Secretaria de Educação Especial. Brasília, 6a edição, 2006.

FERREIRA BRITO, L. *Por uma gramática de língua de sinais*. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 1995

GAMA, Flausimo José da. *Iconographia dos signaes dos surdos-mudos* / Flausimo José da Gama. -. Rio de Janeiro: INES, 2011. (série Histórica do Instituto Nacional de Educação de Surdos; Tipografia Universal de E. & H. Laemmert, 1875.

INEP Oficial. Enem em Libras 2019 | Apresentação e Instruções. *Youtube*, 13 de nov. de 2019. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=3BZ4rs\\_x6QE](https://www.youtube.com/watch?v=3BZ4rs_x6QE)>.

INEP Oficial. Enem em Libras 2019 | Prova de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. *Youtube*, 13 de nov. de 2019. Disponível em: <[https://youtu.be/\\_HJKKmJxSUE](https://youtu.be/_HJKKmJxSUE)>.

LEAL, Amilton Flávio Coleta. *A concepção de linguagem na política de avaliação da redação do ENEM: o imaginário de língua, escrita e texto*/ Amilton Flávio Coleta Leal – Cáceres, 2020. 135f.; 30 cm.

LEAL, Amilton Flávio Coleta. *A Formulação da proposta de redação do ENEM: a projeção imaginária do sujeito-escriptor ideal*./Amilton Flávio Coleta Leal. Cáceres/MT: UNEMAT, 2015. 110f

MOURA, Maria Cecília de; LODI, Ana Claudia Balieiro; HARRISON, Kathryn M. R. *História e Educação: o Surdo, a Oralidade e o Uso de Sinais*. In: LOPES FILHO, O. De C. (Org.) Tratado de fonoaudiologia. São Paulo: Roca, 1997.

NUNES, J. H. (2008). *Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas*. In: Letras, v.18, n.2, p.107–124, jul./dez, Santa Maria: UFSM.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos* / Eni P. Orlandi 12º



Edição, Pontes Editores, Campinas, SP.2015

ORLANDI, Eni P. *As Formas do Silêncio: movimentos dos sentidos*. 3ª Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995

ORLANDI, Eni P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni P. *Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia*. 2ª Edição, Campinas, SP Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, Eni P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico* / Eni P. Orlandi - 5ª Edição, Campinas - SP: Pontes Editores,2007.

ORLANDI, Eni P. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das idéias no Brasil*, São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, Eni P. *Os Sentidos de uma estátua: espaço, individuação, acontecimento e memória*. PDF, 2010

ORLANDI, Eni P. *Terra à vista. – discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, 1990

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK. T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel, 1938-1983. *O discurso: estrutura ou acontecimento* / Michel Pêcheux; tradução: Eni R Orlandi - 6ª Edição, Campinas, SP Pontes Editores, 2012.

PRATES, Magno Prado Gama. *Política linguística: análise discursiva da legislação como instrumento do político para o sujeito surdo*. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras) Fundação Universidade Federal de Rondônia. Rondônia p.115. 2020.

QUADROS, R. M. D. *Letras LIBRAS: ontem, hoje e amanhã* / Ronice Müller de Quadros, organizadora. - Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

QUADROS, R. M. D; STUMPF, M. R. *Estudos da língua brasileira de sinais*. Ronice Müller de Quadros, Marianne Rossi Stumpf e Tarcísio de Arantes Leite (orgs.). Série Estudos de Língua de Sinais. V.I. Florianópolis: Insular. 2013.

QUADROS, R. M. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*/ Ronice Müller de Quadros, Lodenir Becker Karnopp. – Porto Alegre: 2007.

ROCHA, Solange. *INES e a educação de surdos no Brasil - aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos*. Vol. 1, 2ª ed., Rio de Janeiro/RJ: INES, 2008.

Rodriguez Zuccolillo, Carolina Maria R618L *Língua, nação e nacionalismo: um estudo sobre o guarani no Paraguai*. Campinas, SP: [s.n.], 2000 - Orientador: Eni de Lourdes Pulcinelli Orlandi Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem

STUMPF, Marianne Rossi. *Aprendizagem de Escrita de Língua de Sinais pelo sistema Sign Writing: Línguas de Sinais no papel e no computador* / Marianne Rossi Stumpf – Porto Alegre: UFRGS, CINTED, PGIE, 2005.

STUMPF, Marianne Rossi. *Escrita de sinais III*. UFSC: Florianópolis, 2008. Disponível em: <[https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificica/escritaDeSinaisIII/assets/256/TEXTO\\_BASE\\_ELSIII.pdf](https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificica/escritaDeSinaisIII/assets/256/TEXTO_BASE_ELSIII.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2021.

VIEIRA, C. R; Kumada, K. M. O; Martins, S. E. S. de O. *Acessibilidade em Libras no exame vestibular para surdos*. Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, v. 5, n.1, p. 13-26, Jan.-Jun., 2018.



## ANEXOS

## ANEXO A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LETRAS  
MESTRADO ACADÊMICO EM LETRAS

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM**

Neste ato, MARCELO LORENSI BERTOLUCI, nacionalidade brasileiro, estado civil solteiro, portador da cédula de Identidade RG nº 7.743.786 - SC, inscrito no CPF sob nº 019.733.450-48, residente à Rua Prefeito Dib Cherem, 2841, 301 – Capoeiras – Florianópolis – SC – CEP 88090.000.

**AUTORIZO** o uso de minha imagem no vídeo em Libras, no dia 27 de setembro de 2021 pelo WhatsApp para ser analisado(a) e utilizado(a) na dissertação de mestrado sobre a pesquisa **O SUJEITO-ALUNO-SURDO E OS MODOS DE INDIVIDUAÇÃO PELO ESTADO NO ENEM**, da mestranda Greice Kelly Nascimento Santos Costa, nº de matrícula 20192006234, CPF sob nº 032.260.601-20, do programa de pós-graduação *stricto sensu* em letras Mestrado acadêmico em letras. Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo acima descrito, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Florianópolis – SC, 28 de janeiro de 2022.

Documento assinado digitalmente  
Marcelo Lorensi Bertoluci  
Data: 28/01/2022 17:01:26-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

Assinatura do Autorizador